

Leonardo Franco Linhares

## **COOPERAÇÃO SUB-REGIONAL DO GRUPO DE VISEGRADO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Rafael Kirst

Santa Cruz do Sul  
2018

## RESUMO

Ao longo da história os países da Europa Central ficaram marcados por longos períodos de instabilidade política e ocupações estrangeiras. Com o fim da Guerra Fria, Polônia, Hungria, República Tcheca e Eslováquia criaram uma cooperação sub-regional com o intuito de retomar a estabilidade da região, desenvolver seus países, ingressar em instituições multilaterais e reforçar a ligação histórica e cultural que estas nações têm. O presente trabalho tem como objetivos apresentar os países que formam o Grupo de Visegrado, também conhecido como V4, demonstrar os motivos que levaram estes Estados a criação do grupo, apresentar as propostas e a estrutura dessa cooperação, além dos mecanismos de atuação criados pelo grupo. Para a análise, utilizam-se as contribuições das teorias de Relações Internacionais voltadas para o tema de integração e cooperação regional, como Funcionalismo e Neofuncionalismo. Também se realiza uma análise a respeito da atual conjuntura do Grupo de Visegrado e a atuação política que o grupo vem tendo na União Europeia através do exemplo da questão migratória. Através do método hipotético-dedutivo este trabalho busca comprovar a hipótese de que a cooperação trouxe uma série de benefícios aos membros do V4, como a estabilidade política, a abertura comercial, a boa relação com países vizinhos e o ingresso na OTAN e União Europeia, além da criação de uma identidade regional compartilhada pelos quatro Estados do grupo.

**Palavras-chave:** Grupo de Visegrado. Integração regional. Identidade regional.

## **ABSTRACT**

Throughout history Central European countries have been marked by long periods of political instability and foreign occupations. With the end of the Cold War, Poland, Hungary, Czech Republic and Slovakia have created a sub-regional cooperation in order to resume the stability of the region, to develop their countries, to join multilateral institutions and strengthen the historical and cultural connection that these nations have. This paper aims to present the countries that make up the Visegrad Group, also known as V4, to demonstrate the reasons that led these States to create the group, to present the objectives and structure of this cooperation, as well as the mechanisms of action created by the group. For the analysis, the contributions of the International Relations theories focused on the theme of integration and regional cooperation were used. An analysis is also carried out on the current situation of the Visegrad Group and the political action that the group had in the European Union through the example of the migratory issue. Through the hypothetical-deductive method this paper seeks to prove the hypothesis that cooperation has brought a series of benefits to members of the V4, such as political stability, trade liberalization, good relations with neighboring countries and the entrance into NATO and the European Union, besides the creation of a regional identity shared by the four States of the group.

**Keywords:** Visegrad Group. Regional integration. Regional identity.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Imagem 1 – Países do Grupo de Visegrado</b>	<b>41</b>
<b>Gráfico 1 – Atividades subsidiadas pelo FIV</b>	<b>45</b>
<b>Gráfico 2 – Países atingidos por atividades financiadas pelo FIV</b>	<b>45</b>
<b>Gráfico 3 – PIB (Produto Interno Bruto) do V4</b>	<b>49</b>
<b>Gráfico 4 – PIB Per Capita do V4</b>	<b>50</b>
<b>Gráfico 5 – Exportações de bens e serviços do V4</b>	<b>51</b>
<b>Gráfico 6 – Importações de bens e serviços do V4</b>	<b>51</b>
<b>Gráfico 7 – Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do V4</b>	<b>52</b>

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

V4	Grupo de Visegrado
UE	União Europeia
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
CEFTA	Acordo Centro-Europeu de Livre Comércio
FIV	Fundo Internacional de Visegrado
OI	Organizações Internacionais

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>7</b>
<b>1.1 Problema de pesquisa .....</b>	<b>9</b>
<b>1.2 Hipótese .....</b>	<b>9</b>
<b>1.3 Objetivos .....</b>	<b>9</b>
<b>1.3.1 Objetivo geral .....</b>	<b>9</b>
<b>1.3.2 Objetivos específicos.....</b>	<b>9</b>
<b>1.4 Justificativa.....</b>	<b>10</b>
<b>1.5 Metodologia .....</b>	<b>10</b>
<b>2 TEORIAS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS VISANDO COOPERAÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>2.1 A perspectiva liberal e as Organizações Internacionais.....</b>	<b>14</b>
<b>2.2 As contribuições do Funcionalismo e Neofuncionalismo para o entendimento da cooperação nas RI.....</b>	<b>18</b>
<b>2.3 As contribuições contemporâneas para integração e cooperação regional .....</b>	<b>26</b>
<b>3 A COOPERAÇÃO DOS PAÍSES DO GRUPO DE VISEGRADO .....</b>	<b>31</b>
<b>3.1 República da Polônia .....</b>	<b>31</b>
<b>3.2 Hungria.....</b>	<b>33</b>
<b>3.3 República Eslovaca.....</b>	<b>33</b>
<b>3.4 República Tcheca.....</b>	<b>34</b>
<b>3.5 A criação, atuação e estrutura do Grupo de Visegrado.....</b>	<b>35</b>
<b>3.6 O ingresso na OTAN/União Europeia e seus resultados .....</b>	<b>44</b>
<b>3.7 Uma nova era do Grupo de Visegrado .....</b>	<b>50</b>
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>54</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>59</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Na Europa Centro-Oriental estão situados uma série de Estados relativamente pequenos em termos territoriais e demográficos. Com a exceção da Polônia, que tem cerca de 38 milhões de habitantes, os demais países do Grupo de Visegrado (também conhecido como V4) se encaixam nessa afirmação. Essa região historicamente se caracterizou como uma região instável e de alta vulnerabilidade, sobretudo no séc. XX, com a ocupação nazista durante a Segunda Guerra Mundial e o domínio soviético no período pós-guerra que se consolidou até o final da Guerra Fria.

Em 1991, uma reunião de líderes políticos de Polônia, Hungria e Tchecoslováquia (que posteriormente se dividiu entre República Tcheca e República Eslovaca) criou uma aliança com o intuito de inseri-los na União Europeia, através de mecanismos de cooperação que definissem estratégias comuns na esfera econômica, visando o desenvolvimento econômico, e ações voltadas para a cooperação política, científica e social. Além das semelhanças políticas que unem Polônia, Hungria, República Tcheca e Eslováquia, estes países fazem parte de uma civilização que compartilha valores, tradições e raízes culturais comuns, portanto um dos objetivos do Grupo desde sua criação é reafirmar essa identidade.

Os principais mecanismos criados pelo V4 foram o Acordo Centro-Europeu de Livre Comércio (CEFTA), criado em 1992 e o Fundo Internacional de Visegrado (FIV), que financia a rede *Think-Thank V4* e ações na área da ciência, educação, cultura, turismo e arte, oferecendo atividades como bolsas de estudo e subsídios universitários. O Grupo de Visegrado se destaca pela flexibilidade em sua estrutura, pela ausência de um secretariado permanente que o diferencia de outros grupos sub-regionais.

Um dos principais objetivos da criação do V4 era o acesso as instituições multilaterais, principalmente a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e a União Europeia. O presente trabalho demonstrará quando todos os países do Grupo de Visegrado lograram adentrar nestas duas instituições e a importância dessa participação na integração europeia para seus 4 membros.

O presente trabalho tem o intuito principal de demonstrar a importância que o Grupo de Visegrado tem para seus países, compreendendo os mecanismos criados

por essa cooperação sub-regional para a melhoria em aspectos políticos, econômicos e sociais da região. Demonstra-se que a cooperação também envolve outras áreas, todavia essas 3 são as principais para a compreensão da evolução do grupo e dos resultados gerados pelo V4. Além disso, é demonstrada a forma com que estes países trabalham em conjunto defendendo seus interesses dentro da União Europeia, formando uma identidade regional política que se mostra presente sobretudo na questão migratória, a qual é perceptível a resistência dos países do V4 a respeito das políticas do bloco europeu.

Inicialmente é dedicado um capítulo para revisar uma série de contribuições da vertente teórica liberal para processos de integração e cooperação regional. Nesta seção é possível compreender a complexidade do tema e o quanto ele vem evoluindo ao longo do séc. XX e do século atual. Obras sobre integração regional, cooperação funcional e cooperação sub-regional correspondem a maior parte do capítulo 2. Funcionalismo e Neofuncionalismo são as teorias base para compreender processos de integração e cooperação regional como do Grupo de Visegrado, todavia este trabalho também conta com contribuições mais recentes que seguem este viés teórico para o melhor entendimento do tema.

O capítulo 3 está dedicado a compreensão da cooperação sub-regional do grupo, trazendo inicialmente características de cada um dos 4 países que o formam e posteriormente uma análise sobre o Grupo de Visegrado, seguindo cronologicamente a evolução dessa cooperação, além de exibir seus resultados econômicos, sociais e políticos. Em seguida, no capítulo 4 estão presentes as considerações finais a respeito dessa cooperação.

## **1.1 Problema de pesquisa**

Qual a importância da cooperação regional para os países que formam o Grupo de Visegrado?

## **1.2 Hipótese**

Este trabalho tem a hipótese de que a cooperação foi o melhor modo dos países do Grupo de Visegrado alcançarem seus objetivos após o fim da Guerra Fria, objetivos como a obtenção da paz e estabilidade política e econômica em seus Estados. No início dos anos 1990, esta cooperação proporcionou aos seus Estados membros uma plataforma para discussões e trocas de experiências que os auxiliaram no estabelecimento de sociedades democráticas. Posteriormente trouxe maior estabilidade econômica e a reaproximação destes países com o restante do continente Europeu, auxiliando-os a ingressar na OTAN e União Europeia em 2004.

## **1.3 Objetivos**

### **1.3.1 Objetivo geral**

Compreender de que forma a Cooperação do Grupo de Visegrado (Eslováquia, Hungria, Polônia e República Tcheca) foi e continua sendo relevante para estes países.

### **1.3.2 Objetivos específicos**

- Revisar as principais teorias de Relações Internacionais a respeito da Integração e Cooperação Regional;
- Apresentar os países que formam o Grupo de Visegrado e entender a conjuntura em que se iniciou esse processo de cooperação, demonstrando a estrutura e atuação do mesmo;
- Explicar por que a cooperação sub-regional auxiliou estes Estados a ingressarem em instituições multilaterais como OTAN e União Europeia e demonstrar a

importância do ingresso nessas instituições, visando reforçar os benefícios obtidos pelo Grupo de Visegrado;

- Demonstrar como os países do Grupo de Visegrado vem atuando de maneira conjunta na defesa de seus interesses comuns no âmbito da União Europeia, tendo como principal exemplo a política migratória do grupo.

#### **1.4 Justificativa**

O interesse pelo estudo dos países do Grupo de Visegrado surge da necessidade acadêmica de entender como Eslováquia, Hungria, Polônia e República Tcheca se reestruturaram nas esferas política, econômica e social após décadas de regimes comunistas estabelecidos sob influência da União Soviética. Como constataremos no cap. 3, conforme dados do Banco Mundial (2017) nas últimas duas décadas estes quatro países apresentaram constante crescimento econômico até a Crise Mundial de 2008, também vale ressaltar o estabelecimento sólido de Estados democráticos e a estabilidade política conquistada.

Nota-se a carência deste tema em estudos de Relações Internacionais no Brasil, um assunto importante para entendermos a conjuntura da Europa Centro-Oriental, uma região marcada por longos períodos de instabilidade e tensão. Além disso, unidos por objetivos comuns estes países podem alcançar uma força e representatividade que não pode ser ignorada. É importante destacar que os países do Grupo de Visegrado ganharam maior visibilidade na política internacional desde 2015 devido as rejeições a política da União Europeia para a crise de refugiados.

#### **1.5 Metodologia**

Este trabalho utiliza do método hipotético-dedutivo para comprovar a hipótese deduzida anteriormente, identificando os benefícios gerados por essa cooperação para Eslováquia, Hungria, Polônia e República Tcheca. Na tentativa de analisar a importância da Cooperação Regional para os países do Grupo de Visegrado, o principal procedimento metodológico que este trabalho utiliza é o de pesquisa bibliográfica em fontes secundárias e terciárias, e em alguns momentos, pesquisa documental em fontes primárias. A utilização de fontes primárias se dá pela necessidade de entender o estabelecimento de ações em comum entre os países do

V4, que estão devidamente dispostas nas Declarações de Visegrado de 1991, que criou o grupo e suas metas, e 2004, que renovou o comprometimento de tais países a atuarem em conjunto após a o ingresso na União Europeia. Já a utilização de fontes secundárias e terciárias ocorre pela necessidade de um maior entendimento do tema integração e cooperação regional em estudos de Relações Internacionais, e pela contribuição de autores que descreveram a estrutura e atividades do Grupo de Visegrado.

A forma de estudo utilizada é a de estudo descritivo, visando proporcionar maiores informações sobre as teorias de integração e cooperação regional de viés liberal, dados sobre o Grupo de Visegrado e os países que o constituem, que formam o objeto de estudo deste trabalho. Com isso, é possível comprovar a hipótese deste trabalho com base nas contribuições de autores que pesquisaram processos de integração semelhante.

Os principais autores utilizados neste trabalho foram Mihai Alexandrescu (2007) que traz as principais contribuições de David Mitrany a respeito do Funcionalismo, Ernest Haas (1961) que aprimorou o Funcionalismo formando o Neofuncionalismo, Monica Herz e Andrea Ribeiro Hoffman (2004) especialistas em Organizações Internacionais, Karina Pasquariello Mariano (2007) que pesquisa processos de integração e regionalização e Andrew Cottey (2009) que aborda os processos de cooperação sub-regional. Todos estes autores apresentam contribuições importantes para a comprovação, com maior nível de veracidade possível, da importância do Grupo de Visegrado para seus países.

Este trabalho também traz gráficos com dados do Banco Mundial e do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD), com a finalidade de convalidar as hipóteses de que a cooperação sub-regional exercida através do Grupo de Visegrado trouxe o aumento no desenvolvimento econômico e na qualidade de vida destes países.

## 2 TEORIAS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS VISANDO COOPERAÇÃO

No presente capítulo buscamos expor o debate mais notável nas teorias de Relações Internacionais, entre Realismo e Liberalismo, fazendo suas devidas distinções e demonstrando as dicotomias que essas teorias têm uma com a outra. Assim, é possível ter um entendimento maior sobre os primeiros temas de relevância para o estudo das Relações Internacionais. Seguindo a matriz liberal, podemos constatar sua relevância para a criação de suas vertentes teóricas que foram e são de suma importância para esclarecer muitos acontecimentos no mundo, sobretudo a cooperação entre países, seja ela por meio da criação de organizações internacionais ou blocos e grupos regionais e sub-regionais. Por meio dessas teorias, como Funcionalismo e Neofuncionalismo, o capítulo posterior a este nos auxilia na tarefa de entender a cooperação entre os países do Grupo de Visegrado.

Desde o seu princípio, as Relações Internacionais explicam as relações feitas entre nações e os conflitos que ocorrem entre elas, como a Guerra dos 30 anos, a Primeira e Segunda Guerra Mundial, a Guerra Fria, entre outros conflitos. Após a Paz de Westfália, que pôs fim a Guerra dos 30 anos (1618-1648), foram estabelecidos princípios existentes nos tempos atuais, de que os Estados, com seus respectivos governos, unidades monetárias, fronteiras e exércitos, são soberanos, e formam a sociedade internacional (LARRAÑAGA, 2004). Nota-se que duas teorias predominaram na análise das ações, dos objetivos, e dos intuitos e funções que o Estado tem, Realismo e Liberalismo. Apesar de partilharem alguns entendimentos semelhantes como reconhecerem a anarquia internacional, a ausência de um poder superior aos Estados, o debate entre essas duas matrizes teóricas prevaleceu. Porém, nenhuma teoria é suficiente para explicar todos os complexos fenômenos e acontecimentos do Sistema Internacional.

Defendendo que o homem é por natureza mal, buscando o máximo de poder, visando sempre obter vantagem sobre os outros, o Realismo sustenta suas ideias baseado em obras de clássicos como Nicolau Maquiavel e Thomas Hobbes, objetivando sempre a defesa e proteção da soberania do Estado. Em "*O Príncipe*", Nicolau Maquiavel (1469-1527) sustenta o fato do Estado ser o ator principal das Relações Internacionais, e plenamente soberano, na obra ele estipula de que modo os príncipes, governantes da época, deveriam agir, usando do artefato da guerra para manterem o poder (MAQUIAVELO, 1983). Segundo o autor:

Um príncipe, pois, não deve ter outro objetivo nem outro pensamento, nem cultivar outra arte além da guerra, a ordem e a disciplina dos exércitos, porque esta é a única arte que se espera ver exercida por quem manda (MAQUIAVELO, 1983, p. 93, tradução livre).

Já em “*Leviatã*”, Thomas Hobbes (1588-1679) descreve as funções do Estado, que teria força suficiente para organizar a sociedade, detendo poder para impor leis e restrições aos homens. O Estado seria composto através de um “pacto” que torne constante as leis e esse poder sobre seus cidadãos, ele se submete a vontade civil visando a paz e segurança da população (HOBBS, 1998). Nas palavras do autor:

Por essa autoridade, dada a ele por todo homem em particular na Commonwealth, ele tem o uso de tanto poder e força conferidos a ele, que por terror disso, ele é habilitado a conformar as vontades de todos eles, para a paz em casa, e ajuda mútua contra seus inimigos no exterior (HOBBS, 1998, p. 114, tradução livre).

Conforme suas ideias, a anarquia do Sistema Internacional é imutável e não há um poder soberano sobre o mundo. Deste modo, os Estados se mantêm como soberanos em seus respectivos territórios, assim os mesmos lutam entre si objetivando sua sobrevivência (HOBBS, 1998).

Por outro lado, o Liberalismo baseado nas obras de teóricos como Hugo Grotius, John Locke, Immanuel Kant, Norman Angell e Woodrow Wilson, observa o homem com uma natureza boa, na qual as liberdades individuais devem ser respeitadas, o livre-comércio deve prevalecer e as instituições internacionais devem auxiliar os Estados a cooperarem. No Liberalismo, contrariando as ideias realistas, os interesses particulares de cada nação gerariam um efeito positivo para o sistema, pois o mercado equilibraria esses interesses. É no Liberalismo que surgem as discussões sobre a criação de instituições internacionais que pacificariam o Sistema Internacional, e dele surgem as vertentes teóricas que posteriormente aprofundam e aprimoram essa discussão (HERZ e HOFFMANN, 2004).

## 2.1 A perspectiva liberal e as Organizações Internacionais

Para um maior entendimento dos conceitos criados pela teoria Liberal, e a ampla gama de vertentes elaboradas baseadas nas premissas dessa corrente teórica, faz-se necessário uma revisão inicial da contribuição de clássicos dos autores Liberais. A partir de agora, revisaremos os principais conceitos elaborados por Immanuel Kant, Norman Angell e Woodrow Wilson. Posteriormente, demonstraremos o que são as Organizações Internacionais, o que as constituem, quais papéis elas desenvolvem, suas estruturas e seus meios de ação.

Com a ambição de trazer meios de se atingir a paz entre os Estados, Immanuel Kant (1721-1804) em sua obra “*A paz perpétua*” apresenta uma série de artigos preliminares e definitivos que demonstram formas pelas quais as nações devem agir entre si e em seus respectivos domínios políticos. Os artigos preliminares tratam de condições iniciais para obtenção da paz, e os artigos definitivos tratam dos seus conceitos para aplicação da paz através do direito público (DOMINGUES, 2013).

A obra de Kant serviu para perpetuar os valores do Liberalismo, principalmente no que diz respeito a crença na paz do Sistema Internacional e a defesa das liberdades individuais. Entre os artigos preliminares destacamos os artigos 2 e 3: Art. 2: “Nenhum Estado independente (grande ou pequeno, aqui tanto faz) poderá ser adquirido por outro mediante herança, troca, compra ou doação” (KANT, 2008, p. 5). Art. 3: “Os exércitos permanentes (*miles perpetuus*) devem, com o tempo, de todo desaparecer” (KANT, 2008, p. 6). Dos artigos definitivos destacamos o Art. 1º: “A constituição civil em cada Estado deve ser republicana” (KANT, 2008, p. 11).

Já em “*A grande ilusão*”, obra de outro importante teórico liberal, Norman Angell (1872-1967), foram trazidos argumentos para desmistificar o fato de que o uso da guerra traga benefícios para as nações, tentando dismantelar as ideias realistas de que as nações tendem sempre ao uso da guerra para obterem mais poder. Apesar de usar como exemplo a rivalidade entre Inglaterra e Alemanha no início do séc. XX, suas afirmações são seguramente perceptíveis em qualquer contexto de guerra (ANGELL, 2002). Sendo assim:

[...] nenhuma nação pode destruir ou prejudicar de forma permanente (e sequer por um período considerável) o comércio de outra nação usando meios militares, pois o comércio depende da existência de riquezas naturais e de uma população capaz de utilizá-las. Enquanto subsistam os recursos naturais de um país e a sua força de trabalho, o invasor não poderá aniquilar completamente o comércio de outro país. Só haveria possibilidade de se fazer isso aniquilando a população, o exterminador estaria destruindo o seu próprio mercado, real ou potencial, o que, do ponto de vista comercial, corresponderia a um suicídio (ANGELL, 2002, p. 78).

Deste modo a guerra não traria benefícios, seja qual for a nação que se utilizasse dela. As nações que investem menos em poderio militar tendem a ter uma qualidade de vida igual ou superior para sua população do que nações que tem maiores gastos militares. Os habitantes de Suíça, Suécia, Holanda e Bélgica desfrutavam dos mesmos níveis de bem-estar dos habitantes de França, Rússia e Alemanha por exemplo, países que na época tinham altos gastos militares (ANGELL, 2002).

Os pressupostos do Liberalismo foram implantados em um congresso após a Primeira Guerra Mundial, tratava-se dos 14 pontos propostos por Woodrow Wilson (1856-1924), um plano idealista que tinha como objetivo proporcionar a paz na Europa devastada pela guerra e evitar um novo conflito de tamanha proporção. Apesar de seu insucesso, a Liga das Nações, que era um dos 14 pontos de Wilson, apareceu como um marco e um modelo de organização internacional que visava assegurar a paz e tinha a adesão de grandes potencias. Essa organização internacional tinha uma série de princípios e regras definidas, visando reestabelecer a ordem das relações internacionais naquele período (HERZ e HOFFMANN, 2004). Segundo Nogueira (2003), o liberalismo de Wilson não determinava que a organização criada fosse uma espécie de governo mundial que impusesse sobre os Estados os valores liberais como paz e democracia, mas buscava impor alguns limites ao uso da força pelos Estados.

Mesmo com a frustração causada pelo insucesso da Liga das Nações e outras organizações internacionais anteriores, essa instituição marcou a chegada das Organizações Internacionais aos estudos de Relações Internacionais. Estas evoluíram, se tornaram mais eficientes, e passaram a ter maior representatividade no cenário internacional, como a Organização das Nações Unidas (ONU).

As Organizações Internacionais (OIs) formam o modo mais institucionalizado para realização de cooperação internacional. São organizações permanentes, que possuem suas respectivas burocracias, com orçamento, prédios e servidores

públicas internacionais, sendo constituídas por um conjunto de leis e normas. Elas têm o intuito de auxiliar Estados na resolução de conflitos, em programas de auxílio para desenvolvimento econômico, ajuda humanitária, etc. Com o passar do tempo e sucesso de suas ações, as Organizações Internacionais podem adquirir autoridade e aumentar seu poder no Sistema Internacional (HERZ e HOFFMANN, 2004).

As Organizações Internacionais em sua maioria criam um ambiente que estimula o sentimento de reciprocidade difusa, um ambiente no qual os Estados têm a expectativa de reciprocidade. Um alto grau de reciprocidade em uma Organização Internacional faz com que os Estados atuem respeitando as regras do sistema. As OIs também podem coagir Estados para que estes respeitem suas regras, essa coerção acontece através de pressão política, imposição de sanções e em último caso uso de força militar. Além disso, as Organizações Internacionais são capazes de legitimar normas e regras, isso acontece quando ela consegue fazer uma regra ser reconhecida pela maioria dos atores do sistema internacional, a ponto que se torne uma obrigação moral respeitá-la, disseminando os valores propostos pela regra em questão (HERZ e HOFFMANN, 2004).

As decisões dentro dessas organizações geralmente são amplas e igualitárias, os processos decisórios são elaborados em conferências ou assembleias organizadas por um secretariado permanente que é responsável por organizar essas tarefas administrativas. Nesses processos, cada Estado membro tem um voto com o mesmo peso, respeitando o princípio da igualdade de soberania. Contudo, nem sempre essas decisões são respeitadas, visto que essas decisões dependem das autoridades dos Estados na instância doméstica (HERZ e HOFFMANN, 2004).

Nesse aspecto, a maioria das Organizações Internacionais enfrentam o problema constante da legitimidade, muitas vezes os Estados resistem as suas imposições alegando que elas afetariam a sua soberania. Assim, elas enfrentam a dificuldade de impor suas decisões pois não podem fazê-lo através do uso da força, exceto em casos extremos como crises humanitárias e quebra de direitos humanos (HERZ e HOFFMANN, 2004). Entretanto, Herz e Hoffman (2004) dizem que essa cultura está mudando, existe o caso da União Europeia que apresenta traços de uma comunidade política (como iremos observar no decorrer deste capítulo) onde a organização conseguiu flexibilizar o conceito de soberania e se tornou

supranacional, assim em algumas áreas tem a capacidade de intervir em assuntos domésticos.

Fazendo uma observação mais aprofundada a respeito das principais Organizações Internacionais existentes, Herz e Hoffman (2004) constatam que a maioria delas representam o compartilhamento de políticas envolvendo segurança e desenvolvimento. Elas também afirmam que existe uma grande variação de tamanho e funções entre as Organizações Internacionais existentes, enquanto algumas são constituídas por um número pequeno de membros, outras são compostas por quase todos os Estados soberanos existentes no Sistema Internacional; enquanto algumas abrangem uma larga escala de funções, outras são específicas para determinadas áreas.

As autoras ainda fazem uma classificação geográfica e funcional das Organizações Internacionais. Em termos geográficos, existem as de caráter e abrangência regional, como a Organização dos Estados Americanos (OEA) e a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), e as de abrangência global, como a Organização Mundial do Comércio (OMC) e a Organização Mundial da Saúde (OMS). Em termos funcionais, algumas respondem a aspectos gerais, contemplando diversas funções em diferentes áreas, e outras são mais específicas, como o Fundo da ONU para as Crianças (UNICEF) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) (HERZ e HOFFMANN, 2004).

Deste modo, podemos definir as Organizações Internacionais como um espaço social e físico que contribui na cooperação entre seus Estados membro. Nesse espaço são realizadas negociações de acordo com as necessidades e interesses dos atores, e criados mecanismos para que as decisões dessas negociações sejam cumpridas e realizadas. Elas são constituídas por uma burocracia que as permite legitimar a soberania de novos Estados, possibilita a eficiência na elaboração de projetos para assistência técnica e cooperação científica, a criação de projetos de ajuda humanitária e a resolução de conflitos em momentos de crise (HERZ e HOFFMANN, 2004).

Durante séculos, o Estado permaneceu como ator principal das relações internacionais, até o período pós Segunda Guerra Mundial essas teorias (Realismo e Liberalismo) prevaleceram como suficientes para explicar o modo com que as nações atuavam. Apesar do aumento do multilateralismo, inclusive com as coalizões durante as duas grandes guerras, e do processo de globalização, que aumentou a

interdependência entre as nações, o Estado segue sendo alvo de estudo principal das relações internacionais, Realismo e Liberalismo seguem sendo importantes para as análises atuais, porém somente por meio dessas teorias não conseguimos descrever o avanço das transformações internacionais e do desenvolvimento da conjuntura mundial (STRENGER, 1998, apud LARRAÑAGA, 2004).

Tendo sido observada as principais ideias do Realismo e Liberalismo, teorias clássicas que predominaram por grande parte do séc. XX, precisamos entender de que modo a cooperação entre países os auxilia na defesa de seus interesses mantendo a pacificidade do sistema internacional. Para logarmos isso necessitamos compreender como se deu a transição das teorias clássicas que vimos anteriormente, para novas teorias que consideram outros atores e outras formas de entender o mundo de uma maneira mais abrangente. O Liberalismo foi pioneiro ao empregar a ideia de que instituições internacionais seriam de suma importância para que os Estados atuem pacificamente. Deste modo, por meio de duas teorias de matriz liberal, Funcionalismo e Neofuncionalismo, podemos analisar como o ato de integração é visto pelos teóricos que descreveram os benefícios dessa ação.

## **2. 2 As contribuições do Funcionalismo e Neofuncionalismo para o entendimento da cooperação nas RI**

Após o período entre das guerras mundiais do séc. XX, houve um fomento da produção teórica em Relações Internacionais visando entender os processos de institucionalização e as novas formas de solucionar conflitos da política mundial através da cooperação. Antes de ingressarmos na análise sobre a cooperação existente entre os países do Grupo de Visegrado, objeto de estudo desse projeto, elabora-se uma breve síntese visando compreender a lógica do que chamamos de teorias de integração.

Inspirado nas ideias do Liberalismo, o Funcionalismo surgiu para entender os motivos pelos quais os Estados têm dificuldade de trabalhar em conjunto e trazer soluções para este problema, entendendo de uma forma diferente a concepção do Estado e o direito de soberania que o mesmo exerce, para apresentar questões que se tornarão mais frequentes na organização política mundial (ARENAL, 1990, apud LARRAÑAGA, 2004). Através dessa corrente teórica, desenvolvida inicialmente por

David Mitrany (1888-1975), notamos que as diferentes culturas, idiomas, religiões, nacionalidades e histórias que formam a identidade de cada país, por divergirem com os mesmos fatores de outros países, fazem com que alguns Estados tenham dificuldade de trabalhar em conjunto com outros. Deste modo, a soberania dos Estados tem de ser limitada, através de organizações internacionais que tenham mais autoridade por meio da cooperação internacional. A abordagem de Mitrany é chamada de Funcionalismo devido a ater-se na explicação funcional ou operacional da cooperação (ALEXANDRESCU, 2007).

David Mitrany publicou diversas obras com suas análises, em “*The progress of International Government*” (1933), sua ideia era de que deveria haver uma integração funcional nas atividades dos Estados, em âmbito internacional. Em sua concepção, o Estado seria a organização de um grupo em um determinado território que formaria uma nação para manter a ordem e disciplina da sua população. Para Mitrany a grande causa dos conflitos internacionais era o nacionalismo, este dividia o mundo em nações rivais e o Sistema Internacional anárquico elevava essas rivalidades (ALEXANDRESCU, 2007).

Em “*A Working Peace System*” (1946) Mitrany trouxe a ideia de que as fronteiras deveriam perder importância, deveriam ser desenvolvidas mais atividades em conjunto entre as nações, essas atividades, seriam norteadas por agências comuns. Além disso, parte das economias dessas nações deveriam ser repassadas para uma organização internacional que tivesse um propósito definido. Para Mitrany, a cooperação não deveria surgir por meio de um planejamento de integração, mas sim estimulada por necessidades e problemas comuns entre os países, que precisassem de ações em conjunto para serem resolvidos, ações que seriam executadas por uma organização ou agência internacional. Essas organizações sofreriam um processo de ramificação, os Estados gradativamente aumentariam a cooperação para outros campos. Com o tempo, os Estados também transfeririam algumas de suas funções para essas organizações (ALEXANDRESCU, 2007). Herz e Hoffman (2004) lembram que a realização das tarefas propostas por essas instituições seria feita por especialistas e técnicos, isso seria visto positivamente, pois eles estariam em uma posição privilegiada os tornando capaz de eleger de maneira imparcial e técnica os objetivos da cooperação em questão.

De modo geral, pode-se afirmar que o Funcionalismo de Mitrany consiste na cooperação iniciada em áreas técnicas que poderia emergir a ponto de causar a

construção de valores comuns entre os Estados pertencentes a ela, possibilitando a criação de instituições que fariam com que a cooperação transbordasse para a área política, no processo que Mitrany definiu como *Spillover* (transbordamento). Essa cooperação poderia criar instituições as quais os Estados transfeririam algumas ações, porém elas não poderiam lesar a soberania e a autonomia dos Estados, assim seriam aceitas com mais facilidade (HERZ e HOFFMAN, 2004).

É importante ressaltar que o Funcionalismo de Mitrany foca nas questões da funcionalidade da cooperação na sociedade internacional, e não somente na questão política e constitucional da cooperação (CRAM, 2001, apud ALEXANDRESCU, 2007). Nesse sentido, é importante revisar de forma clara o que é uma cooperação funcional. Segundo Herz e Hoffmann (2004, p. 126) uma cooperação funcional é uma

Cooperação em uma área específica no âmbito das questões sociais e econômicas. Pode ser realizada em diversos graus de institucionalização, desde iniciativas diplomáticas *ad hoc*, regimes internacionais, até organizações internacionais.

É possível afirmar que uma cooperação funcional pode ter abrangência universal, visto que os aspectos regionais não são impulsionadores para esse tipo de cooperação, o que leva os Estados a cooperação funcional seria suas necessidades em uma área específica. No que diz respeito as atividades, as instituições funcionais são o campo de discussões sobre os problemas e demandas comuns dos Estados interessados em cooperar, com essa troca de informações são formulados instrumentos que coordenem as políticas destes Estados, formando padrões de comportamento na área específica em questão (HERZ e HOFFMAN, 2004).

Posteriormente iniciou-se a formulação das teorias de integração que determinavam que somente os Estados e as organizações internacionais existentes na época não seriam capazes de solucionar os problemas internacionais. Era necessário reformular o Funcionalismo de David Mitrany devido ao processo de integração que estava ocorrendo na Europa, um processo que integrava Estados soberanos em uma comunidade e organização maior. Assim, Ernest Haas (1924-2003) reorganizou os conceitos funcionalistas para observar o caso da integração que culminou na criação da União Europeia (HERZ e HOFFMAN, 2004). Assim, o Neofuncionalismo surgiu com o intuito de apresentar as mesmas ideias de

integração com uma teoria mais consistente e de uma forma mais prática, demonstrando os motivos e os meios do processo de integração. *“International Integration: The European and the Universal Process”* (1961), é considerada a principal obra do Neofuncionalismo, na qual Haas analisa o processo da integração europeia, até então o exemplo de integração mais eficiente já visto.

Haas estuda o processo de integração visando demonstrar como a integração pode se tornar uma comunidade política, segundo ele os Estados nacionais formam suas comunidades políticas internas, mas com a fusão destes Estados é possível formar comunidades políticas maiores. Porém, o sucesso do processo de integração é complexo, dependendo da disposição dos Estados em mudar algumas de suas atividades e expectativas em busca de um bem maior dentro de uma instituição internacional com sua estrutura e jurisdição escolhida em um consenso entre os países membros (HAAS, 1961).

O início da atividade integrativa se dá com a existência de necessidades comuns entre todos os Estados participantes, seja em busca do desenvolvimento interno de seus países ou em defesa contra forças externas. Nesse processo de integração, existe uma série de objetivos no âmbito econômico e social, que servem como metas para a integração. Esses fatores também servem como indicadores que permitem uma avaliação do progresso que está sendo atingido. Esse foco voltado aos objetivos e um bem maior, desconstrói o fato de que regiões específicas podem ser unificadas politicamente e culturalmente de uma só vez, pois sem esse processo de integração mais complexo, as nações dessa região tendem a se dividir e priorizar seus interesses particulares, sem visar a construção de uma comunidade política maior. Entretanto, não se deve desprezar o fato de que acontecimentos históricos vividos e lembrados por uma determinada região podem estimular o processo de integração (HAAS, 1961).

Para Haas (1961), um passo primordial para a eficiência de um processo de integração é a capacidade dos atores solucionarem conflitos entre si. Deste modo, o autor destaca 3 estilos diferentes de resolução de conflitos. O primeiro consiste no modo clássico para resolução de conflitos de interesse, no qual os atores reduzem gradativamente suas demandas antagônicas até chegarem a um acordo. O segundo é similar ao primeiro, isolando interesses convergentes entre os atores, porém neste caso existe um mediador, como em organizações econômicas internacionais. O terceiro modo, seria o mais eficiente e utilizável para o processo de integração,

nesse existe uma melhoria dos interesses comuns de todos os atores, no qual existe uma jurisdição capaz de solucionar conflitos entre os membros.

Nesse aspecto, surge uma das principais críticas ao Neofuncionalismo, redigida por autores intergovernamentalistas. O Intergovernamentalismo defende o fato de que o Estado mantém seu caráter egoísta, buscando sempre o mantimento ou elevação de seu poder, deste modo raramente estará disposto a abrir mão de suas preferências e objetivos para solucionar conflitos. Com isso, a integração e cooperação entre os Estados só seria possível com a existência de convergência entre interesses dos mesmos (HERZ e HOFFMAN, 2004).

A melhoria dos interesses comuns dos Estados depende muito dos serviços de uma negociação intergovernamental que tenha a participação de mediadores independentes, parlamentos e partidos políticos. A medida que os Estados percebem que os interesses convergentes entre os membros serão alcançados por meio dessa organização e da ação cooperativa, eles tendem a ser mais leais aos compromissos previamente estabelecidos. Todavia, podem ocorrer alterações na política nacional dos Estados, e essas alterações tem grande influência sob a estabilidade das organizações internacionais. Pressões internas causam variações na política nacional dos Estados, o que muitas vezes gera mudanças nas necessidades e objetivos dos mesmos, isso pode inibir a integração, a não ser que ela seja formada por instituições fortes que mantenham o ritmo e a intensidade do processo integrativo (HAAS, 1961).

Haas (1961) determina que o sucesso de uma integração acontece quando o processo integrativo ocorre em fases. Os objetivos do processo de integração são feitos de acordo com o contexto político de um período, sendo que em cada contexto político são criados objetivos conforme o desejo dos governos. Esses fatos trazem a conclusão de que as normas de uma organização desenvolvidas em uma fase de sua existência, podem não ser executadas em outras fases da mesma organização.

No que diz respeito a esse processo de integração por fases, é importante fazer uma diferenciação entre esse conceito neofuncionalista e os arranjos *ad hoc*, outro modo de cooperação em um momento específico. Porém, em arranjos *ad hoc*, na maioria dos casos não existe uma instituição ou organização física, os Estados têm reuniões de acordo com as necessidades específicas compartilhadas entre eles. Contudo, esse tipo de cooperação criada para resolução de um problema específico

em um tempo específico, também pode dar origem a uma organização internacional (HERZ e HOFFMAN, 2004).

Levando em consideração o caso da União Europeia na época em que escreveu, Haas (1961) afirma que: Institucionalmente os organismos supranacionais se propõem a atualizar o que de fato são interesses comuns entre seus Estados membros; funcionalmente o processo de integração é baseado em tarefas econômicas; e ambientalmente, a integração se torna mais efetiva quando é elaborada por grupos que buscam fomentar seus benefícios econômicos baseados em uma política compatível com as necessidades da região (HAAS, 1961). De uma forma geral, é perceptível o fato de que:

O desenvolvimento do processo de integração regional na Europa coloca em questão não apenas a diluição da soberania estatal, mas também a redefinição do espaço em que é realizada a política e exercida a democracia (HERZ e HOFFMAN, 2004, p. 190).

Haas (1961) também traz comparações entre a integração europeia, a possibilidade de integração em outras regiões como América Latina e países árabes e a integração mundial da Organização das Nações Unidas (ONU). Segundo ele, em termos regionais, existirão outros processos de integração capazes de gerar benefícios, porém a série de interesses convergentes nestas regiões não permitirão que elas cheguem ao grau europeu de integração. Por outro lado, uma integração a nível universal será ainda mais difícil, pois nesse âmbito existem uma série de conflitos ainda maiores devido a heterogeneidade do ambiente, e isso torna mais difícil a identificação de interesses comuns pela maioria dos atores. Além disso, a integração regional tende a desacelerar a integração universal, pois o processo regional cria uma pequena quantidade de comunidades políticas regionais que tem interesses divergentes e se enfrentam no sistema da Organização das Nações Unidas (ONU), assim esse sistema permanecerá sendo um ambiente para minimizar conflitos, sem uma integração universal complexa (HAAS, 1961).

Deste modo, Haas afirma que o modo com que ocorre a integração europeia não pode ser transferível para outros contextos regionais ou na esfera global, devido a carência das condições necessárias para atingir esse alto nível de integração. Assim, será perceptível que a integração europeia terá uma intensidade e um progresso maior que a integração de outras regiões ou a integração universal (HAAS, 1961). É possível notar que a União Europeia se tornou um importante ator

na política internacional, ela consiste em um fórum para negociações entre seus Estados membro, sobretudo em áreas em que a própria organização ainda não atua. Ela conseguiu levar a população do continente um sentimento de cidadania europeia, sem a perda de suas respectivas identidades nacionais (HERZ e HOFFMAN, 2004).

Em suma, Haas (1961) logrou trazer características próprias das Relações Internacionais para apresentar o processo de integração. Segundo ele, o processo de integração mantém um ritmo contínuo quando existem tarefas específicas, especialmente em termos de planejamento econômico com objetivos claros e detalhados. Isso produz um ambiente industrial desenvolvido que se expande para área social formando uma sociedade pluralista e tornando esse processo de integração em uma comunidade política. Herz e Hoffman (2004) acrescentam que outro diferencial do Neofuncionalismo de Haas foi o fato de seus estudos darem uma atenção maior a questões regionais e a importância disso para a integração, enquanto o Funcionalismo tradicional de Mitrany não levava em consideração essas questões regionais.

Sendo assim, o Neofuncionalismo mantém a premissa funcionalista de que existe um progresso na integração, à medida que ocorrem avanços em áreas específicas e a cooperação gradativamente se espalha para outras áreas. Mantém também a ideia de que ações realizadas na área técnica contribuem para a cooperação na área política (HERZ e HOFFMAN, 2004). Haas (1961) aprimorou o conceito de *Spillover* (transbordamento), no qual ocorre um efeito de transbordamento nas ações dos Estados por meio de mecanismos de integração, iniciados na esfera econômica que geraria confiança para que ações de integração sejam executadas também em outras áreas. Desse modo, ocorre um processo de supranacionalidade nas instituições internacionais, assim as decisões tomadas nas Instituições Supranacionais não têm efeito em apenas um Estado, mas em todos os Estados que participem dessa instituição.

Herz e Hoffman (2004) lembram que na década de 1980, alguns autores buscaram rever e trazer à tona novamente os conceitos do Neofuncionalismo, o foco deles estava na renovação que estava acontecendo no processo de integração europeia. Nesse período, as obras se mantinham voltadas aos processos políticos que transferiam papéis dos Estados para a organização supranacional em questão. Esse movimento ficou conhecido como Neo-neofuncionalismo.

O Neo-neofuncionalismo, que tem como seu principal autor Philippe C. Schmitter, busca demonstrar a influência dos aspectos antecedentes a integração, visto que as condições para o ingresso em um processo de integração quase não são abordadas pelo Funcionalismo e Neofuncionalismo, nas quais as obras somente relatam que o processo de integração depende da necessidade comum dos Estados. No Neo-neofuncionalismo existem explicações que defendem que um processo de integração, como da União Europeia, deve determinar previamente os limites de suas políticas, definindo a natureza de suas atividades, a abrangência de suas instituições e atribuir funções e competências em níveis específicos de governança (SCHMITTER, 2002).

A justificativa para a necessidade dessa ação prévia de delimitação seria o fato de que a determinação dos Estados tende a declinar conforme estes solucionam seus problemas e quando ocorrem crises decisórias entre os membros da integração. Assim, a integração funcional poderia se esgotar e os membros teriam mudanças de estratégia política, gerando crises nas decisões da organização regional, causando a decadência do processo de integração ou um processo de desintegração regional. Isso só poderia ser evitado com um processo que integrasse as políticas dos Estados membros da integração (SCHMITTER, 2002).

É retomado o conceito do Funcionalismo de Mitrany de que a integração regional iniciada através da cooperação funcional geraria um efeito de transbordamento para outras áreas. Porém, para o Neo-Neofuncionalismo isso só poderá acontecer com a existência de um ciclo de preparação dos Estados, para que posteriormente se chegue a um Estado Supranacional por meio da instituição da integração regional. A União Europeia se mostra como a única integração regional onde seria possível atingir esse status, no qual existiria uma interdependência complexa entre os membros (SCHMITTER, 2002).

Sendo assim, de acordo com a premissa Neo-neofuncional, a União Europeia já atingiu um patamar capaz de gerar um ciclo de transformação, no qual se tornaria um Estado supranacional, mas para chegar a este status precisaria criar processos e normas que a proporcionassem maior autonomia sob seus membros. Esse processo não será iniciado pelos Estados membros da União Europeia, a organização que deve tomar a iniciativa e aprimorar as relações de poder no nível regional, porém percebe-se que a ampliação da União Europeia está atrasando esse processo e dificultando o efeito de transbordamento que a organização poderia ter.

Isso só seria evitado se nas negociações do processo de adesão à integração regional a organização exija maior autoridade política e institucional (SCHMITTER, 2002).

Em suma, é possível afirmar que o Neo-neofuncionalismo surgiu para demonstrar os problemas contemporâneos do processo de integração, que não tinham sido abordados por Mitrany e Haas, como crises decisórias e um declínio na integração funcional dos Estados. Assim, o Neo-neofuncionalismo traz dois caminhos para o futuro das integrações regionais, sobretudo a União Europeia que atingiu o patamar mais elevado de integração até então, a integração complexa que gere um Estado Supranacional ou um processo de retrocesso com a desintegração regional.

Funcionalismo e Neofuncionalismo constituem a corrente teórica hegemônica em termos de processos de integração e cooperação, essas teorias nos auxiliam a um grande entendimento do processo de integração, as maneiras com que esse processo pode ocorrer, seus empecilhos e benefícios. Porém, é necessário trazer novos conceitos e definições, devido as constantes mudanças no Sistema Internacional e na política dos Estados, através de autores como Schmitter (2002) que revisam as teorias de Mitrany e Haas.

### **2.3 As contribuições contemporâneas para integração e cooperação regional**

Antes de determinar o que é uma integração regional, é necessário trazer os conceitos de integração e região separadamente, para um melhor entendimento do processo de integração regional. Segundo Herz e Hoffman (2004), uma região pode ser definida como a localização territorial onde estão situadas uma série de aspectos, como econômico, cultural, político, etc. Já a integração, consiste em um processo no qual atores independentes se unem ou fazem parte de um todo. Deste modo, a integração regional é constituída por um processo de intensificação nas relações entre atores independentes que geram novos modos de governança política, podendo ocasionar na criação de instituições regionais.

Cada processo de integração regional tem em sua gênese motivações diferentes: para alguns Estados a iniciativa integracionista acontece quando há o interesse em uma cooperação mais complexa, para outros, a integração regional serve como uma estratégia de inserção na política e economia internacional, mesmo

se esta integração não lhe trouxer resultados concretos (MARIANO, 2007). Um processo de integração regional não necessariamente resultará na criação de uma organização internacional. Esse processo de institucionalização só ocorrerá quando os Estados nacionais e seus respectivos governos estiverem dispostos criarem um documento básico constituinte e uma sede para a organização que represente de forma institucional essa integração (HERZ e HOFFMAN, 2004).

Quando gerada uma organização de integração regional, esta deve ser constituída por uma ampla gama de cooperação, ou seja, a cooperação deve existir em diversas áreas, política, sociocultural e econômica. Isso nos permite distinguir uma organização de integração regional, de uma organização regional funcional, pois enquanto a primeira pertence a um processo de integração regional amplo, a segunda compete apenas a cooperação em uma área específica. Além disso, é importante recordar que o processo de integração regional que fomenta frequentemente atividades conjuntas em uma região geográfica específica, é muitas vezes nomeado como regionalismo (HERZ e HOFFMAN, 2004).

Outra diferenciação que deve ser feita é a distinção clara entre integração regional e cooperação regional. Os processos de integração regional podem criar entidades políticas (como a União Europeia), e são formados por instituições menos flexíveis. Em organizações regionais fortes, com alto poder de legitimidade e interação entre os Estados, a saída de um Estado pode causar altos custos para seu governo. Por outro lado, a cooperação regional é menos rígida, e pode ser abandonada conforme as preferências dos Estados que a constituem (MARIANO, 2007).

Existem também as iniciativas de integração sub-regional, caracterizada por serem formadas por Estados com níveis de desenvolvimento similares. Integrações como esta são marcadas pelo forte processo de regionalização, no qual os Estados buscam maior representatividade no sistema internacional através do fortalecimento político da região. Nesse tipo de integração, nota-se que os Estados atingem um patamar de cooperação que causa uma espécie de construção de identidade comum, marcada pela expressão das mesmas demandas e pela representação de interesses através de ações iguais ou similares (MARIANO, 2007).

Nesse contexto, a cooperação sub-regional surgiu nos anos 1990 como uma nova forma de postura dos Estados na política internacional, sobretudo na Europa. Esses grupos foram formados em sua maioria na Europa do Norte, Europa Centro-

Oriental, Balcãs e Mediterrâneo, e destacam-se por ter uma forma institucional própria, na qual existem reuniões regulares entre os Estados membros para a criação de programas e acompanhamento de atividades em andamento (COTTEY, 2009).

Para definirmos a abrangência de uma cooperação regional, é necessário compreender o que significa uma sub-região. Uma sub-região é constituída por espaços geográficos e políticos que formam subconjuntos localizados em um espaço regional maior. A existência dessas sub-regiões possibilita a criação de uma forma particular de cooperação, a cooperação sub-regional, constituída por Estados ou atores pertencentes a uma área menor localizada dentro de uma região maior (COTTEY, 2009).

Na Europa o término da Guerra Fria fez com que os Estados observassem na cooperação sub-regional uma forma de compensar os anos de atraso político, econômico e social, assim houve a criação de uma série de grupos sub-regionais, dentre os quais destacamos o Grupo de Visegrado, objeto de estudo deste trabalho. Já existiam grupos sub-regionais como o Conselho Nórdico e a União Benelux, criados nos anos 1950, entretanto, com o fim da Guerra Fria e da divisão entre o leste e oeste do continente europeu, fomentou-se o estabelecimento de novos grupos sub-regionais (COTTEY, 2009).

Em seu princípio os grupos sub-regionais serviram como condutores de reformas em âmbito nacional, fossem elas políticas, econômicas ou militares. Suas instituições serviram como estruturas para reuniões que forneceram a troca de ideias, experiências e modelos bem-sucedidos. A posição de cooperação dentro de grupos sub-regionais foi considerada uma política de boa vizinhança bem vista pelo Ocidente, capacitando a maioria destes países ao ingresso na União Europeia e/ou OTAN, foi o caso do Grupo de Visegrado (Polônia, Hungria, Rep. Tcheca e Eslováquia), do CEFTA, da cooperação tri-báltica (Estônia, Lituânia e Letônia) e da cooperação do Adriático (Albânia, Croácia e Macedônia) (COTTEY, 2009).

Posteriormente os grupos sub-regionais passaram a abordar desafios funcionais em áreas como: economia, fronteiras, energia, infraestrutura, educação, turismo e cultura. O fato de que estes Estados estão situados dentro de sub-regiões menores faz com que eles encontrem necessidades semelhantes, assim o intercâmbio de experiências e a elaboração de políticas transnacionais coordenadas tende a facilitar a solução destes problemas. Atualmente, ainda existe uma série de

atores como governos nacionais e órgãos estatais envolvidos em cooperações sub-regionais, isso pode demonstrar a consolidação desse modo de cooperação que surgiu na década de 1990 (COTTEY, 2009).

Críticos questionam o fato de que alguns destes grupos sub-regionais estejam em um momento de inércia em suas atividades, mantendo reuniões periódicas por questões diplomáticas sem um objetivo específico ou atividades de impacto em seus Estados membros. Além disso, afirmam que apesar de serem ricos em relações de vizinhança, defesa de interesses comuns e cooperação, os grupos sub-regionais (e regionais) na prática tem pouco impacto em âmbito nacional. Essa análise representa o mesmo problema de instituições internacionais, nas quais as relações de causa e efeito muitas vezes são difíceis de identificar (COTTEY, 2009).

Em contraponto, Cottey (2009) argumenta que os grupos sub-regionais têm um grande impacto sobre as relações internacionais, pois alteram as perspectivas de cooperação ou de conflito entre seus membros, e muitas vezes coordenam suas políticas domésticas. Afirma também que as principais funções exercidas pelos grupos sub-regionais atualmente são funções de conteúdo estritamente político e essenciais para os Estados, as funções de ligação. Os grupos auxiliam seus Estados membro a superarem divisões históricas, mitigando rivalidades e unindo países semelhantes. Deste modo, pertencer a um grupo sub-regional traz o benefício de ter uma estrutura que proporciona a seus membros o compromisso de ter relações diplomáticas contínuas, sejam elas multilaterais, entre seus Estados membro, ou bilaterais, entre grupos sub-regionais que os representem como um conjunto. Além disso, proporcionam aos seus Estados um sentimento de confiança para que relações bilaterais aconteçam.

Cottey (2009) afirma que os grupos sub-regionais auxiliam seus Estados membro de duas formas: em termos políticos, contribuindo para a consolidação de hábitos de cooperação, do desenvolvimento de um senso de identidade e interesses comuns, e da elaboração de políticas comuns. E em termos funcionais, através de arranjos *ah hoc*, apesar do problema da limitação de recursos. Ademais, o fato de que estes grupos compartilham necessidades, problemas e interesses comuns dentro de sub-regiões, nos traz a importante afirmação de que a geografia e a história são fundamentais para o entendimento das relações internacionais.

Com o intuito de demonstrar as contribuições teóricas referentes à integração, no começo deste capítulo buscamos contextualizar o principal debate teórico nos

estudos de Relações Internacionais, entre Realismo e Liberalismo, posteriormente revisamos alguns conceitos da matriz Liberal para entender a ação conjunta de Estados através de instituições internacionais, entre as quais destacamos as Organizações Internacionais em suas diferentes formas e as formas de Integração Regional. Em seguida, buscamos explicar os processos de integração e cooperação através da vertente liberal, exibindo conceitos do Funcionalismo e Neofuncionalismo, além de contribuições contemporâneas sobre processos de integração e cooperação regional.

Com essas contribuições, poderemos analisar a cooperação sub-regional que ocorre no Grupo de Visegrado desde o início dos anos 1990. Especialmente com os conceitos mais recentes sobre integração e cooperação regional, com o intuito de comprovar a hipótese de que a ação conjunta auxiliou os 4 Estados do grupo a atingirem seus objetivos e defenderem seus interesses atualmente.

### **3 A COOPERAÇÃO DOS PAÍSES DO GRUPO DE VISEGRADO**

No capítulo anterior revisamos as principais contribuições de teorias como Liberalismo, Funcionalismo e suas vertentes, como Neofuncionalismo e as demais teorias que nos auxiliaram a compreender processos de integração e cooperação regional. No presente capítulo iremos trabalhar o objeto de estudo deste trabalho, o Grupo de Visegrado, e analisar a importância da cooperação para os países que formam parte do grupo.

Inicialmente apresentaremos os principais dados dos países que formam o grupo, o que tornará possível um entendimento melhor de seus contextos internos, parte de suas histórias, alguns dados econômicos e a atual conjuntura política desses países. Iniciaremos com a Polônia, maior país em termos econômicos, populacionais e territoriais do grupo, posteriormente Hungria, Eslováquia e República Tcheca. Em seguida, trataremos acontecimentos históricos que trouxeram longos períodos de instabilidade política a essa região e até a perda de parcela da soberania aos Estados situados nela. Posteriormente, vamos contextualizar como se deu a formação do V4, quais foram seus objetivos iniciais e qual a sua estrutura.

Assim, pretende-se demonstrar resultados que corroboram a tese de quanto a cooperação regional do Grupo de Visegrado foi e segue sendo importante para os países que a constituem. Exemplo disso é o ingresso destes países na OTAN e União Europeia, além dos dados provenientes do Banco Mundial e PNUD que demonstram melhoras econômicas e sociais acentuadas nesses países após a criação do Grupo de Visegrado.

#### **3.1 República da Polônia**

Considerado o país de maior relevância e influência no Grupo de Visegrado, a Polônia é um país da Europa Central, que faz fronteira com a Lituânia e o Mar Báltico ao norte, Bielorrússia e Ucrânia ao leste, Eslováquia e República Tcheca ao sul e Alemanha à oeste. Sua capital é Varsóvia, conhecida mundialmente pelos Guetos de Varsóvia, que ainda estão conservados em algumas partes da cidade como marca triste do genocídio de judeus poloneses ocorrido na Segunda Guerra Mundial. O país tem a sexta maior população União Europeia, com mais de 38 milhões de habitantes (DAWSON et al, 201-).

Durante parte do séc. XVI, chegou a ser a maior nação da Europa, porém diversas guerras causaram a dissolução da Primeira República Polonesa no fim do séc. XVII. A Segunda República foi criada após a Primeira Guerra Mundial, em 1918, existindo até 1939, no começo da Segunda Guerra Mundial, que culminou com a divisão da Polônia entre Nazistas e Soviéticos. Após a Guerra, a Polônia fez parte da União Soviética sob o regime comunista que esta impunha aos seus territórios até meados dos anos 1980, período em que o movimento de mudança para um sistema capitalista e democrático ganhou força e estabeleceu a República da Polônia novamente (DAWSON et al, 201-).

De acordo com dados de Polônia (201-), a moeda da Polônia é o *zloty* (PLN), 80% de suas exportações são para países da União Europeia, principalmente a Alemanha que corresponde a 27% do total. Já suas importações também são em grande parte (72%) de países da União Europeia, sobretudo a Alemanha que corresponde a 28%. O Banco Mundial (201-) afirma que a economia polonesa teve um PIB de 471 US\$ bilhões em 2016.

A Polônia é atualmente governada pelo presidente Andrzej Duda, do Partido Lei e Justiça (PiS) que tem um viés de direita conservadora. Andrzej venceu as eleições de maio de 2015, tendo assumido o poder em agosto. Nas eleições onde se elegeu, o país já vivia sobre pressões sociais para a defesa da segurança nacional, a crise dos refugiados também fomentou manifestações populistas que facilitaram a vitória de um partido conservador que durante a campanha prometeu se opor as realocações de refugiados estabelecidas pela União Europeia (MARCINKIEWICZ; STEGMAIER, 2016).

É importante ressaltar que o candidato que Duda derrotou no segundo turno também era um político de direita, o ex-presidente Bronislaw Komorowski, do partido de centro direita Plataforma Cívica. Os políticos nacionalistas do PiS também obtiveram a maioria parlamentar, permitindo ao partido o controle quase absoluto das ações políticas no país durante 5 anos (MARCINKIEWICZ.; STEGMAIER, 2016). Atualmente o primeiro-ministro da Polônia é Mateusz Morawiecki, que substituiu Beata Szydlo em dezembro de 2017 (MARTINS, 2017).

### 3.2 Hungria

A Hungria é um país da Europa Central que faz fronteira ao leste com a Romênia, ao nordeste com a Ucrânia, ao sul com a Sérvia, ao sudoeste com a Croácia, ao oeste com a Eslovênia, ao noroeste com a Áustria e a Eslováquia ao norte. Sua capital é Budapeste, e a população do país passa de 9 milhões de habitantes (VARDY et al, 201-).

O país foi uma das potências europeias no séc. XV, e fez parte do Império Austro-Húngaro entre 1867 e 1918 no término da Primeira Guerra Mundial. Suas fronteiras foram redefinidas em 1920, período em que o país teve grandes perdas territoriais. Na Segunda Guerra Mundial, apoiou as potências do Eixo como a Alemanha Nazista, a Itália e o Japão, após a Guerra, bem como a Polônia, foi submetida ao regime comunista da União Soviética até o final dos anos 1980 (VARDY et al, 201-).

Segundo Hungria (201-), a moeda do país é *forint* húngaro (HUF), e assim como demonstrado com a Polônia, seu grande parceiro comercial é a Alemanha, correspondente por 28% das exportações da Hungria, e 26% das importações. Conforme o Banco Mundial (201-), o país teve um PIB de mais de 125 US\$ bilhões em 2016.

A Hungria é atualmente presidida por János Áder, no poder desde 2012, reeleito em 2017, ele representa a Aliança Cívica Húngara (Fidesz), partido conservador de direita que detém a maioria parlamentar do país desde 2010. Na Hungria o presidente é eleito por votos da Assembleia Nacional, porém grande parte dos poderes executivos são do primeiro-ministro do país, que é nomeado pelo presidente. Atualmente Viktor Orbán, também da Aliança Cívica Húngara, está no cargo como primeiro-ministro (PRESIDENTE..., 2017).

### 3.3 República Eslovaca

A Eslováquia é um país da Europa Central que faz fronteira com a República Tcheca e Áustria a oeste, Ucrânia ao leste, Polônia ao norte e Hungria ao sul. A capital do país é Bratislava e sua população tem cerca de 5 milhões de pessoas,

tornando a Eslováquia o menor país do Grupo de Visegrado em termos populacionais (ZEMAN et al, 201-).

Seu território esteve sob domínio húngaro até o séc. XX, quando foi criada a Tchecoslováquia após a Primeira Guerra Mundial. A Eslováquia permaneceu como federação unida a República Tcheca até 1993, ano em que a Revolução de Veludo separou as duas federações. Após a Segunda Guerra Mundial, viveu sob o regime comunista assim como a Polônia e Hungria, até final dos anos 1980 (ZEMAN et al, 201-).

O PIB da Eslováquia, segundo o Banco Mundial (201-) foi de 89 US\$ bilhões em 2016. Segundo Eslováquia (201-), dos 4 países do Grupo de Visegrado, é o único pertencente a zona do euro, tendo a moeda europeia como sua moeda oficial; e assim como seus companheiros do V4, tem a Alemanha como seu principal parceiro econômico, o qual responde por 22% das exportações do país e 20% das importações.

Em 2014 a população eslovaca elegeu Andrej Kiska para ser presidente do país, um candidato independente, ou seja, sem partido. Kiska derrotou Robert Fico com o apoio de partidos de direita. O primeiro-ministro da Eslováquia é Peter Pellegrini que assumiu o cargo em março de 2018, após a renúncia de Robert Fico. Pellegrini faz parte do partido Social Democrata (Smer), que se auto intitula de centro esquerda (FERREIRA, 2018).

### **3.4 República Tcheca**

A República Tcheca, assim como os demais países do Grupo de Visegrado, está localizada na Europa Central, fazendo fronteiras com a Polônia ao norte, Alemanha ao norte e oeste, Eslováquia ao leste e ao sul pela Áustria. A capital do país é Praga, e sua população tem mais de 10 milhões de habitantes (AUTY et al, 201-).

O país pertencia ao Império Austro-Húngaro e posteriormente, ao fim da Primeira Guerra Mundial, com a dissolução do mesmo, foi criada a República da Tchecoslováquia, território ao qual pertenceu até 1993, até a divisão entre República Tcheca e Eslováquia. Durante a Segunda Guerra Mundial, foi ocupada pela Alemanha Nazista. Bem como a Polônia, Hungria e Eslováquia, viveu sob o regime comunista até 1989 (AUTY et al, 201-).

Segundo a República Tcheca (201-), a moeda tcheca é a coroa tcheca (CZK), 84% de suas exportações são para países do bloco, e 79% de suas importações, e assim como os demais países do Grupo de Visegrado, seu principal parceiro econômico é a Alemanha, a qual é responsável por 32% das exportações e 31% das importações tchecas. De acordo com informações do Banco Mundial (201-), o PIB do país chegou a 195 US\$ bilhões em 2016.

A República Tcheca é o país com maior instabilidade política entre os 4 do grupo, sofrendo ainda influências do regime comunista, é atualmente presidida por Milos Zeman, do Partido dos Direitos Cívicos (SPO), criado por ele e que tem viés de centro esquerda, com uma política anti migratória. Ele foi eleito em 2013, após ter sido primeiro-ministro do país, e reeleito em 2018 (EFE, 2018). Zeman é considerado um político populista e tem grande representatividade no país, tendo participado de diversos cargos políticos antes de assumir a presidência. Seu primeiro-ministro é Andrej Babis, do mesmo partido de Zeman, e busca manter-se no cargo através de coalizões (KENETY, 2018).

### **3.5 A criação, atuação e estrutura do Grupo de Visegrado**

A partir de agora demonstramos de que forma a cooperação regional auxiliou os países do Grupo de Visegrado a conquistar maior estabilidade política, desenvolvimento econômico e integração entre seus respectivos Estados, possibilitando-os o ingresso em organizações internacionais como a União Europeia e a OTAN. Apresentamos também o modo com que essa cooperação ocorre atualmente, e como ela trouxe a estes países o reconhecimento de um bloco sub-regional no qual seus Estados membros atuam de forma homogênea no cenário internacional, como no tema de crise migratória que afeta a Europa nos últimos anos, um caso específico que também será analisado. Mas antes de ingressarmos nos meios de cooperação encontrados pelos países do Grupo de Visegrado, precisamos compreender fatos históricos que trouxeram a necessidade dessa cooperação, e a conjuntura na qual essa cooperação teve início.

Como observado no capítulo anterior, Herz e Hoffman (2004) afirmam que uma região é a localização territorial onde estão situadas uma série de aspectos econômicos, culturais e políticos. No que diz respeito a Europa Centro-Oriental, com exceção da Polônia e Ucrânia, é uma região caracterizada pela existência de

Estados de dimensões territoriais e demográficas relativamente pequenas. Além disso, esse território é considerado uma região estratégica pois está situada na zona de transição da Europa Ocidental para a Ásia. Percebe-se que essa região historicamente se caracterizou pela sua alta vulnerabilidade, sendo alvo constante de fluxos migratórios e do deslocamento de forças militares, o que causou inúmeras invasões e guerras nesse território. Conforme autores como Zbigniew Brzezinski, Halford Mackinder e Nicolas Spykman, a Europa Centro-Oriental é relatada como uma zona conturbada (PARÍZKOVÁ; KOSINSKI, 2017).

Essa região foi marcada pela fragmentação cultural, linguística e social, com uma grande instabilidade política, e um baixo nível de desenvolvimento econômico e militar, levando em consideração os avanços apresentados pelos países da Europa Ocidental. O território da Europa Centro-Oriental, sobretudo os países do Grupo de Visegrado, objeto de estudo do presente trabalho, sofreram reiteradamente com ocupações das grandes potências estrangeiras. Como exemplo, é possível citar dois momentos em que essas ocupações se tornaram mais perceptíveis: Durante o séc. XIX, quando a região foi alvo das disputas entre os impérios da Áustria, Prússia, Rússia e Turquia Otomana; e após o começo da Segunda Guerra Mundial, quando a Tchecoslováquia foi anexada pela Alemanha Nazista e a Polônia foi dividida entre os nazistas alemães e os soviéticos (PARÍZKOVÁ; KOSINSKI, 2017). Com o fim da Segunda Guerra Mundial, Hungria, Polônia e Tchecoslováquia passaram a viver sob controle dos soviéticos, que manipulavam eleições e implementavam governos socialistas nos países da região. Nesse período, movimentos partidários contrários a estes governos eram veemente reprimidos militarmente e considerados uma ameaça ao bloco socialista (PARÍZKOVÁ; KOSINSKI, 2017).

Entre os anos de 1989 e 1991, todos os países pertencentes ao Grupo de Visegrado realizaram eleições democráticas vistas como livres pelo Ocidente e sem influência do regime comunista. Com isso, Polônia e Hungria tiveram a posse de seus novos governos em 1989, e a Tchecoslováquia em 1990, com estes governos no poder ocorreu o início das reformas liberais nesses países. Somente essas reformas não seriam capazes de tornar estes países desenvolvidos ou avançados como os demais países da Europa Ocidental, porém foi a primeira vez após um longo período em que estes Estados tiveram sua soberania retomada. Tendo em vista essa situação, o principal objetivo destes países se tornou manter sua soberania estatal e evitar qualquer forma de subordinação futura. Para a obtenção

de tal objetivo se tornou primordial uma estratégia política que reforçasse as nações dessa região, buscando desenvolvimento econômico, fortalecimento da democracia e modernização de seus respectivos territórios, o que forneceu o contexto para a formação do Grupo de Visegrado (PARÍZKOVÁ; KOSINSKI, 2017).

Conforme Alexandrescu (2007), com base nas contribuições de David Mitrany, a cooperação é estimulada por necessidades dos países e problemas comuns que eles enfrentam, estes só seriam resolvidos por meio de ações em conjunto. Haas (1961) corroborou esta ideia afirmando que o início de atividades integradas ocorre com a existência de necessidades comuns entre todos os Estados participantes, citando que a defesa de seus territórios contra forças externas é uma destas necessidades. Como vimos anteriormente, Polônia, Hungria e Tchecoslováquia passaram por longos períodos de controle externo, e foram privados de sua soberania estatal, com esses acontecimentos surgiu a necessidade de uma atuação conjunta para fortalecer a região e conter futuras ameaças externas. Além disso, como visto no capítulo anterior, Haas (1961) defende que acontecimentos históricos vividos por uma determinada região podem estimular o processo de integração entre os países que a constituem, isso é algo notável entre os Estados do Grupo de Visegrado. Destacam-se as semelhanças nos processos políticos vistos anteriormente e em objetivos de desenvolvimento, fatores culturais e históricos semelhantes, o que são facilitadores dessa cooperação.

Deste modo, em 1991 os Estados da Europa Central, Polônia, Hungria e Tchecoslováquia, decidiram unir-se em um grupo sub-regional que visava reafirmar suas identidades culturais e modernizar seus países após a queda de regimes totalitários comunistas. Presidentes, ministros das Relações Exteriores, primeiros ministros e membros dos parlamentos da República da Polônia, da República Federal Tcheca e Eslovaca e da República da Hungria, reuniram-se com o intuito de criar programas que reforçassem a cooperação cultural destas nações, e que fundamentassem juntos uma forma de política e ações econômicas semelhantes, unindo esforços para reconstruir democraticamente seus Estados (PARÍZKOVÁ; KOSINSKI, 2017). Em Visegrado, Hungria, no dia 15 de fevereiro de 1991, os governantes da Tchecoslováquia, Polônia e Hungria, assinaram a Declaração de Visegrado formando o Grupo de Visegrado, comumente chamado de V4. O local, Visegrado, foi escolhido por seu aspecto cultural, visto que ali ocorreu um encontro

histórico na história desses países, o encontro dos reis da Boêmia, Hungria e Polônia em 1335 (PARÍZKOVÁ; KOSINSKI, 2017).

Na Imagem 1 podemos observar a localização dos países do grupo no continente europeu, situando a região que chamamos anteriormente de zona de transição entre a Europa Ocidental e a Ásia. Conforme Cottey (2009), uma sub-região é composta por espaços geográficos e políticos que formam subconjuntos (no caso, a sub-região da Europa Centro-Oriental) localizados em um espaço regional maior (o continente europeu). Mariano (2007) afirmou que iniciativas sub-regionais (como o Grupo de Visegrado) são marcadas pelo forte processo de regionalização, de modo que os Estados busquem maior representatividade no sistema internacional por meio do fortalecimento político da região. Assim é possível afirmar que o V4 é um grupo sub-regional que busca fortalecer sua sub-região, sendo formado por três Estados considerados pequenos ou médios, Eslováquia, Hungria e República Tcheca, e um Estado grande, a Polônia (TÖRO.; BUTLER.; GRÚBER., 2014).

**Imagem 1 – Países do Grupo de Visegrado**



Fonte: I quattro di Visegrad si fanno largo in Europa – Le economie dell'est crescono e hanno sempre più peso negli scambi con la Germania (2017).

Visando uma adequação ao novo ambiente político internacional do pós-Guerra Fria, os principais objetivos da Declaração de Visegrado foram: a restituição total da independência do Estado, da democracia e da liberdade (visto que estes países haviam saído de regimes totalitários); a eliminação de todos os aspectos sociais e econômicos existentes destes sistemas totalitários; a construção de uma democracia parlamentar, um moderno Estado de Direito e a garantia de respeito

pelos direitos humanos e liberdades individuais; a implementação um modelo econômico de mercado livre; o desenvolvimento de acordo ao sistema político e econômico europeu, bem como no sistema de segurança e legislação, visando posteriormente cumprir os requisitos necessários para ingressar na União Europeia (DECLARATION..., 1991).

A Declaração de Visegrado assinada em 1991 designa as seguintes obrigações aos seus países signatários:

De acordo com os interesses dos países em particular, devem harmonizar as suas atividades para moldar a cooperação e estreitar os contatos com as instituições europeias e realizar consultas regulares sobre questões de segurança;

Devem esforçar-se para criar contato livre entre cidadãos, instituições, igrejas e organizações sociais;

A fim de apoiar o livre fluxo de mão-de-obra e capital, desenvolverão cooperação econômica, com base nos princípios do mercado livre e benéfico mutuo no comércio de bens e serviços, além disso, devem se esforçar para criar condições favoráveis para a cooperação direta de empresas e investimentos de capital estrangeiro, visando melhorar a efetividade econômica;

Devem se concentrar no desenvolvimento da infraestrutura nas comunicações, tanto no que se refere aos *links* entre os três países e aqueles com outras partes da Europa, principalmente na direção norte-sul, e devem coordenar o desenvolvimento de seus sistemas de energia e redes de telecomunicações;

Devem aumentar a cooperação no campo da ecologia;

Devem criar condições favoráveis para o livre fluxo de informação, imprensa e valores culturais;

Devem desenvolver em conjunto a cooperação multilateral para assegurar condições ideais para a plena realização dos direitos das minorias nacionais que vivem nos territórios de seus países;

Devem apoiar a cooperação mutuamente benéfica dos governos autônomos locais de seus países e estabelecer contatos sub-regionais (DECLARATION..., 1991; não paginado).

Segundo Haas (1961), o estabelecimento de uma série de objetivos no âmbito econômico e social podem servir como metas para a integração ou cooperação em questão. Essas metas também servem como indicadores que permitam uma avaliação do progresso que está sendo atingido. Nesse aspecto, o Grupo de Visegrado teve uma série de objetivos iniciais, dentre os quais o principal era atingir o acesso às instituições multilaterais importantes, sobretudo OTAN e União Europeia. Como veremos posteriormente, em 2004 estes objetivos foram parcialmente atingidos, e os países do grupo renovaram a cooperação dando ênfase a questões mais atuais para consolidar a existência do grupo.

A respeito da cooperação na área econômica, em 21 de dezembro de 1992, em Cracóvia, os países do Grupo de Visegrado reforçaram a intenção de participar ativamente do processo de integração econômica da Europa. O encontro culminou na criação do Acordo Centro-Europeu de Livre Comércio (CEFTA), uma forma concreta de cumprir o compromisso de estabelecer economias de mercado aberto entre os membros do Grupo e posteriormente com os demais países do continente (CENTRAL..., 1992).

Os principais objetivos criados no acordo foram: estabelecer progressivamente uma zona de livre comércio e por meio dessa expansão comercial promover o desenvolvimento das relações econômicas entre os signatários; fomentar a atividade econômica nestes países; melhorar as condições de emprego e as condições de vida da população; aumentar a produtividade e gerar estabilidade financeira em cada país; assegurar condições de concorrência justas para o comércio entre os países signatários; e eliminar barreiras comerciais (CENTRAL..., 1992).

A criação do CEFTA deu aos países do Grupo de Visegrado um acordo que promove a intensificação das relações comerciais entre seus Estados, contribuindo efetivamente para o processo de integração na Europa. Além disso, o CEFTA não proibiu aos seus Estados signatários a participação de outros acordos internacionais, pelo contrário, os incentivou a participarem, sobretudo do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) (CENTRAL..., 1992). Em março de 1993, os países do V4 convidaram a Bulgária, Romênia e Eslovênia para participarem desse mecanismo de cooperação econômica, que hoje é formado por outros países. Posteriormente os 4 países do V4 saíram do CEFTA quando ingressaram na União Europeia, pois usufruíam da zona de livre comércio do bloco europeu (SCHMIDT, 2016).

Visando estreitar a cooperação entre suas populações e instituições da região, o Fundo Internacional de Visegrado (FIV) representa outro mecanismo de atuação do grupo, além de ser a única forma institucionalizada dessa cooperação. É considerado uma organização internacional criada em 2000, por meio de um estatuto assinado pelos Primeiros-Ministros e que tem seu secretariado localizado em Bratislava, capital da Eslováquia. O Fundo é administrado pelo Diretor Executivo por mandato de 3 anos (ordem de rotação CZ, SK, PL, HU), bem como o Diretor Executivo Adjunto (ordem de rotação PL, HU, CZ, SK). Desde 2014 o orçamento

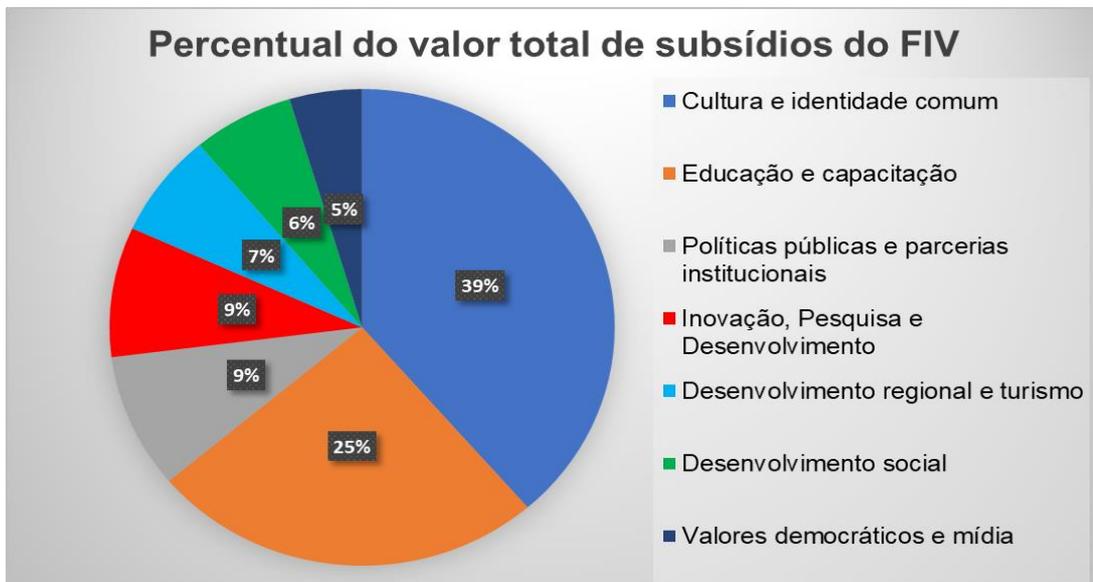
anual do Fundo chega a € 8 milhões financiados pelos 4 membros. Seus principais objetivos são: intensificar a ideia de identidade comum entre os países de Visegrado, fomentar os contatos entre as sociedades do grupo, além de reforçar a cooperação nos campos da ciência, cultura, educação, turismo e arte, oferecendo bolsas de estudos e subsídios universitários (VISEGRAD GROUP, 201-).

O Fundo Internacional de Visegrado financia a plataforma *Think-Thank V4*, criada durante a presidência do grupo exercida pela República Tcheca em 2011-2012. A plataforma é uma rede de diálogo para questões de estratégia regional, no qual existem centros de pesquisa e institutos com especialistas que analisam temas fundamentais para o grupo e fazem recomendações aos governos dos 4 países. Artigos e relatórios são feitos para temas como segurança, desenvolvimento, proteção ambiental, transporte, migração, a coesão do grupo, o posicionamento em instituições e políticas da União Europeia, as relações com países vizinhos, etc (ABOUT..., 20-?). Existem dezenas de locais onde são elaboradas estas atividades financiadas pelo FIV, entretanto as principais são:

- Instituto de Relações Internacionais (IIR) em Praga;
- Instituto da Política Europeia (EUROPEUM) em Praga;
- Instituto de Política Globsec (GPI) em Bratislava;
- Instituto de Relações Exteriores e Comércio (IFAT) em Budapeste;
- Instituto Polonês de Relações Internacionais (PISM) em Varsóvia;
- Centro de Pesquisa da Associação de Política Externa da Eslováquia (RC SFPA) em Bratislava;
- Centro de Estudos Orientais (OSW) em Varsóvia;
- Centro de Integração Euro-Atlântica e Democracia (CEID) em Budapeste.

O Gráfico 1 demonstra com porcentagens as atividades subsidiadas pelo Fundo Internacional de Visegrado com números somados desde 2000, quando o fundo foi criado, à 2017. Esse indicador demonstra quais atividades recebem maior parcela dos recursos dispostos pelo Fundo Internacional de Visegrado, no qual é possível notar que o fomento da cultura e identidade comum, e as atividades educacionais são as atividades priorizadas, totalizando 64% dos recursos distribuídos pelo FIV. Isso corrobora o fato de que o grupo realmente está cooperando para fortalecer a identidade cultura dessa sub-região, e o intercâmbio entre suas sociedades.

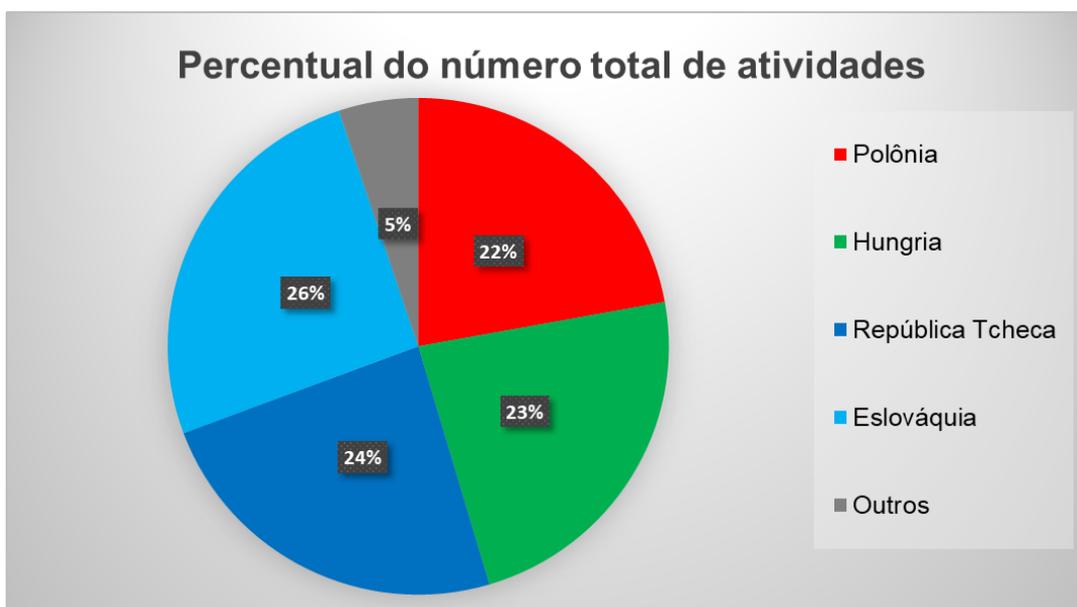
**Gráfico 1 – Atividades subsidiadas pelo FIV**



Fonte: Elaboração própria com dados de Granted Projects (2018).

O Gráfico 2 apresenta os países mais beneficiados com atividades desenvolvidas pelo Fundo Internacional de Visegrado. Entre eles se encontram países não pertencentes ao V4, pois o fundo também financia intercâmbios ao exterior e atividades fora dos 4 países que promovem o Grupo.

**Gráfico 2 – Países atingidos por atividades financiadas pelo FIV**



Fonte: Elaboração própria com dados de Granted Projects (2018).

Um dos objetivos iniciais do V4 era fomentar a cooperação na área da cultura, educação, turismo e arte. Nesse aspecto, notamos outro sucesso atingido pelo Grupo, o Fundo Internacional de Visegrado propicia a população dos 4 países o intercâmbio de estudantes, a publicação de artigos e livros, atividades sobre a história e cultura dos 4 países, além de outras atividades.

Conforme vimos no capítulo anterior, Alexandrescu (2007) trazendo as afirmações de David Mitrany e Ernest Haas (1961) afirmam que uma cooperação funcional se refere à cooperação em uma área específica, seja em questões sociais ou econômicas. É o caso claro do CEFTA e do Fundo Internacional de Visegrado, o primeiro sendo um mecanismo de cooperação voltado para questão específica da economia, o segundo voltado para questões específicas como cultura e educação. Herz e Hoffman (2004) lembram que esse tipo de cooperação pode ocorrer em diversos graus de institucionalização, uma delas são iniciativas diplomáticas *ad hoc*, que são formuladas para um determinado período e podem terminar, como no caso do CEFTA, que não terminou mas deixou de ser útil para os países do Grupo de Visegrado.

Quanto a sua organização, o Grupo de Visegrado tem uma estrutura diferenciada de demais grupos sub-regionais, como o Benelux, sendo mais flexível e menos burocrático. O V4 não tem um conselho ou secretariado permanente, sua presidência é revezada anualmente entre os Estados-Membro, que é encarregado de definir a agenda e os assuntos de interesse regional que serão tratados nas reuniões do grupo. Assim, o V4 tem uma coordenação regular sem organização formal, e uma institucionalização sem estruturas permanentes, com exceção do Fundo Internacional de Visegrado (TÖRO.; BUTLER.; GRÚBER., 2014). Segundo Lázár (2014) as reuniões ocorrem em conferências, seminários, cúpulas ou reuniões, com a presença dos presidentes, primeiros-ministros, ministros ou demais autoridades dos quatro países, e as vezes países não membros do V4.

Referente a organização do grupo, podemos designar ao Grupo de Visegrado o status de cooperação regional, não de integração. Conforme visto no capítulo anterior, a cooperação regional é menos rígida e menos institucionalizada, enquanto a integração regional é formada por instituições menos flexíveis e organizações fortes (MARIANO, 2007). Cottey (2009) corroborou essa ideia afirmando que grupos sub-regionais como o V4 tiveram o propósito inicial de servir como condutores de reformas nacionais, principalmente políticas e econômicas, posteriormente

passaram a abordar desafios funcionais em temas como economia, fronteiras, energia, infraestrutura, educação, turismo e cultura, visto que estão situados em sub-regiões menores e têm necessidades semelhantes em inúmeras áreas. Desse modo, notamos que uma organização mais complexa entre os 4 países nunca foi o objetivo do Grupo, pelos menos até a presente data.

### **3.6 O ingresso na OTAN/União Europeia e seus resultados**

Conforme relatado no começo deste capítulo, a região onde estão situados os países do V4 é uma região historicamente conturbada, sendo uma zona estratégica para potências do Ocidente e Oriente. Nesse sentido um dos objetivos iniciais do Grupo de Visegrado era um afastamento de influências do Oriente e uma aproximação com organizações ocidentais. Após 8 anos do começo da cooperação através do V4, Polônia, Hungria e República Tcheca lograram em 1999 entrar na Organização do Tratado do Atlântico Norte, a Eslováquia o fez em 2004, junto com demais países da Europa Centro-Oriental (MEMBER..., 2018).

Em 1994, Hungria se tornou o primeiro país do grupo a formalizar o pedido de adesão à União Europeia, posteriormente em 1995 Polônia e Eslováquia o fizeram e em 1996 a República Tcheca. Entretanto, todos eles só ingressaram no bloco europeu em 1 de maio de 2004. Com a entrada destes países na União Europeia, eles tiveram acesso a todas as instituições do bloco europeu: o Conselho da União Europeia, o Conselho Europeu, a Comissão Europeia, o Parlamento Europeu, o Comitê das Regiões, o Comitê Econômico e Social Europeu, o Tribunal de Justiça da União Europeia, o Tribunal Geral da União Europeia e o Tribunal de Contas Europeu (SCHMIDT, 2016).

Em 2004 os Primeiros-Ministros se reuniram para declarar que o objetivo de entrar na União Europeia tinha sido alcançado, afirmando com total satisfação que suas adesões ao bloco significaram um marco histórico na reunificação da Europa, reafirmando sua determinação em continuar cooperando com a União Europeia e a OTAN em novos desafios. Após a Declaração de 2004, a cooperação de defesa e indústria de armas, programas ambientais, de infraestrutura, gestão de desastres e proteção civil, luta contra o terrorismo e a migração ilegal e a cooperação de Schengen, se tornaram os principais objetivos do V4, bem como o fortalecimento de

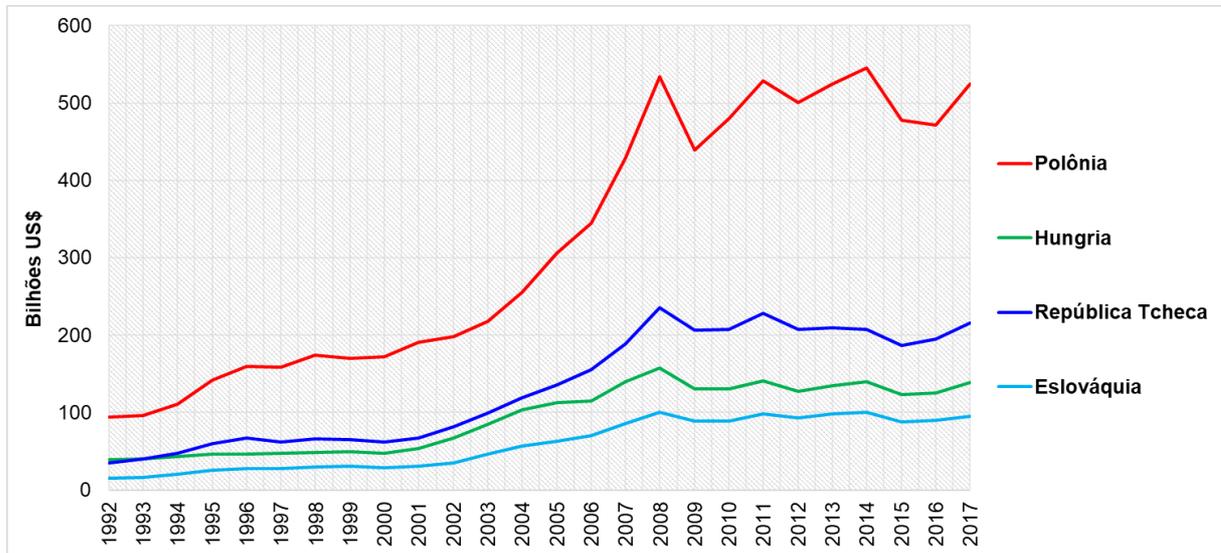
relações culturais, educacionais e cívicas por meio de programas financiados pelo Fundo Internacional de Visegrado (TÖRO; BUTLER; GRÚBER, 2014).

Assim como a maioria dos processos de integração e cooperação, ou até mesmo organizações internacionais, é difícil mencionar em resultados concretos o impacto que estas instituições têm sob seus membros, Cottey (2009) afirma que nestes casos, a relações de causa e efeito muitas vezes são difíceis de identificar. Entretanto, por meio de alguns indicadores econômicos é possível verificar indícios que auxiliam na melhor avaliação do sucesso da cooperação sub-regional do Grupo de Visegrado.

Primeiramente pode-se afirmar que atingir o principal objetivo do grupo (ingressar na União Europeia) só foi possível graças a cooperação dos 4 países. No contexto social, o Grupo de Visegrado cumpriu seu intuito de fornecer a seus membros a discussão de experiências para melhoras na liberdade e democracia de seus países. No âmbito econômico, o CEFTA flexibilizou os mercados destes países, proporcionando uma abertura comercial entre os membros do V4 e posteriormente outros países do continente como Bulgária, Romênia e Eslovênia, antes mesmo da entrada no bloco europeu. Segundo Cottey (2009), a posição de cooperação dentro de grupos sub-regionais foi essencial porque essa política de boa vizinhança foi bem vista pelo Ocidente e sem estas ações estes países dificilmente logriam entrar na OTAN e União Europeia.

O Gráfico 3, elaborado a partir de dados do Banco Mundial, traz um indicador importante para demonstrar o desenvolvimento econômico dos países do grupo. Nota-se uma leve elevação do PIB destes países nos primeiros anos após a entrada na OTAN, e uma elevação de valores ainda mais significativos após a entrada na União Europeia. Estes dados tornam possível a percepção da importância que a criação de CEFTA teve para o futuro das economias do V4. Também é possível perceber as oscilações destes valores após 2008, que refletem os efeitos da crise mundial daquele ano.

**Gráfico 3 – PIB (Produto Interno Bruto) do V4**

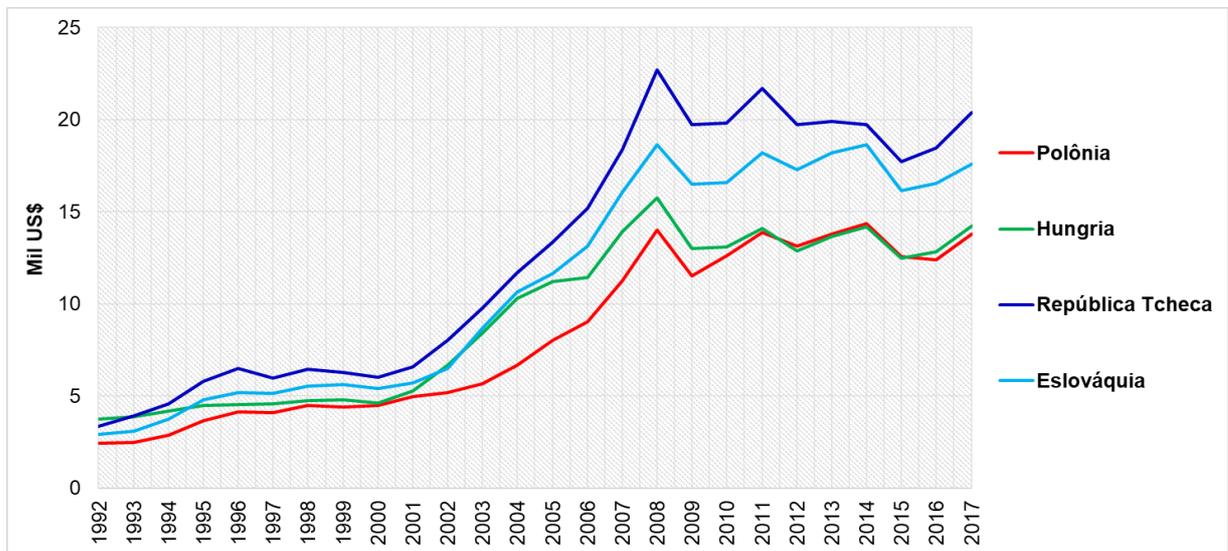


Fonte: Elaboração própria com dados de World Bank Data (2018).

De acordo com o gráfico, em 1992 a soma do PIB dos países do Grupo de Visegrado totalizava US\$ 183 bilhões, e em 2017 chegou ao valor de US\$ 975 bilhões. Se levarmos em consideração o ranking mundial do PIB feito pelo Banco Mundial, se o Grupo de Visegrado fosse um país ele seria atualmente a 17ª economia do mundo e a 6ª economia da União Europeia (GROSS..., 2017). Os números correspondentes a Polônia nos gráficos 3, 5 e 6 demonstram o peso maior que este país tem na formação do grupo. Esses indicadores econômicos juntamente com as proporções territoriais apresentadas pela Imagem 1 e o número de habitantes relatado na seção 3.1, podem refletir a ideia de que entre os países do V4, a Polônia é o Estado que tem maior influência e poder no cenário internacional, justificando seu status de liderança no grupo.

O crescimento do PIB foi refletido também no aumento do poder de compra das populações do V4, como podemos analisar no Gráfico 4, que demonstra a elevação do PIB Per Capita de Polônia, Hungria, República Tcheca e Eslováquia.

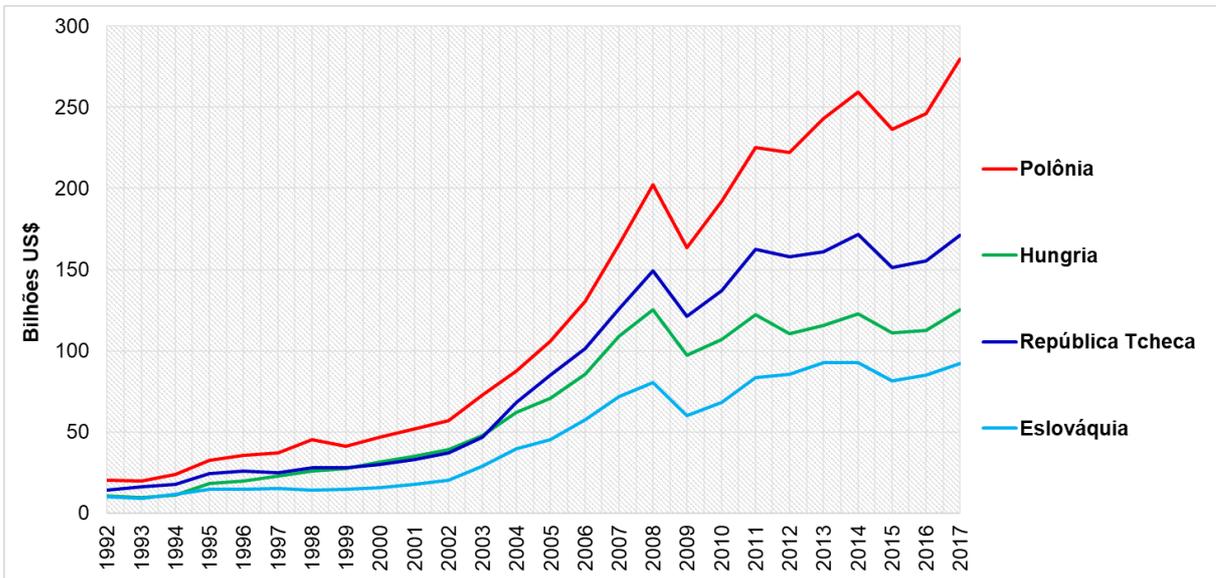
**Gráfico 4 – PIB Per Capita do V4**



Fonte: Elaboração própria com dados de World Bank Data (2018).

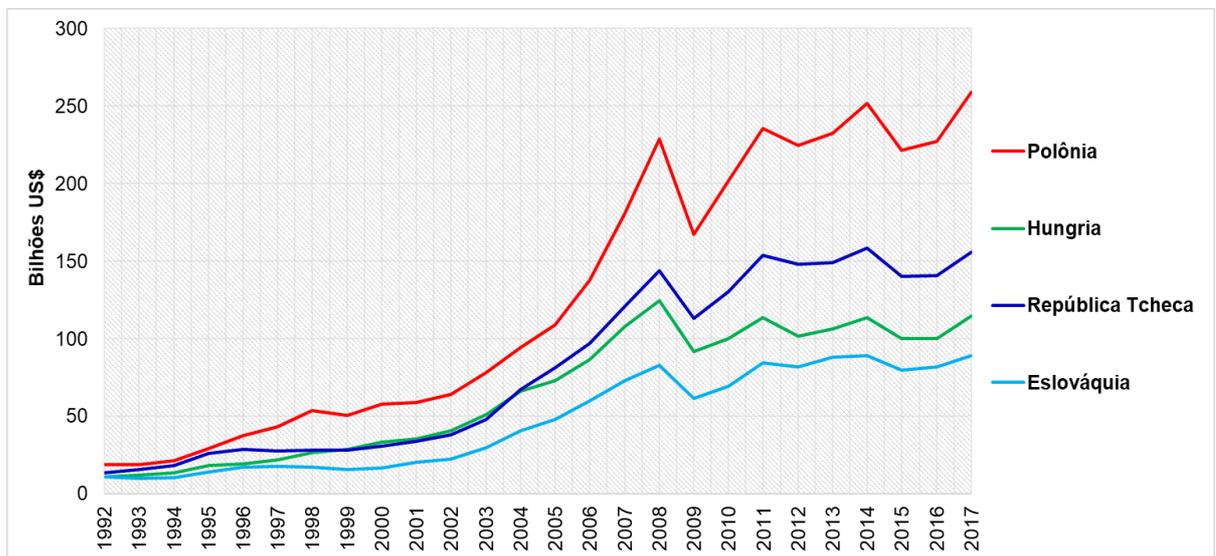
Os gráficos anteriores corroboram a ideia de que a entrada no Bloco Europeu concedeu aos países do V4 a oportunidade para alavancar seu desenvolvimento econômico. Polônia, Hungria, República Tcheca e Eslováquia têm hoje parcerias econômicas importantes com os demais Estados do bloco. Os Gráficos 5 e 6 demonstram o fomento nas exportações e importações de bens e serviços do V4, esse crescimento sem dúvidas influenciou nos índices do PIB e PIB Per Capita. O crescimento das importações também evidencia um aumento no poder de compra dos membros do V4. Como vimos anteriormente na apresentação dos membros do Grupo de Visegrado, cerca de 80% das exportações e importações destes países são com parceiros da UE, além disso a Alemanha se tornou o maior parceiro comercial de todos os países do V4. Esses números ajudam a corroborar o fato de que as políticas elaboradas por essa cooperação, iniciadas nos anos 1990, como o CEFTA e o fortalecimento político da região, trouxeram inúmeros resultados positivos nos anos 2000.

**Gráfico 5 – Exportações de bens e serviços do V4**



Fonte: Elaboração própria com dados de World Bank Data (2018).

**Gráfico 6 – Importações de bens e serviços do V4**



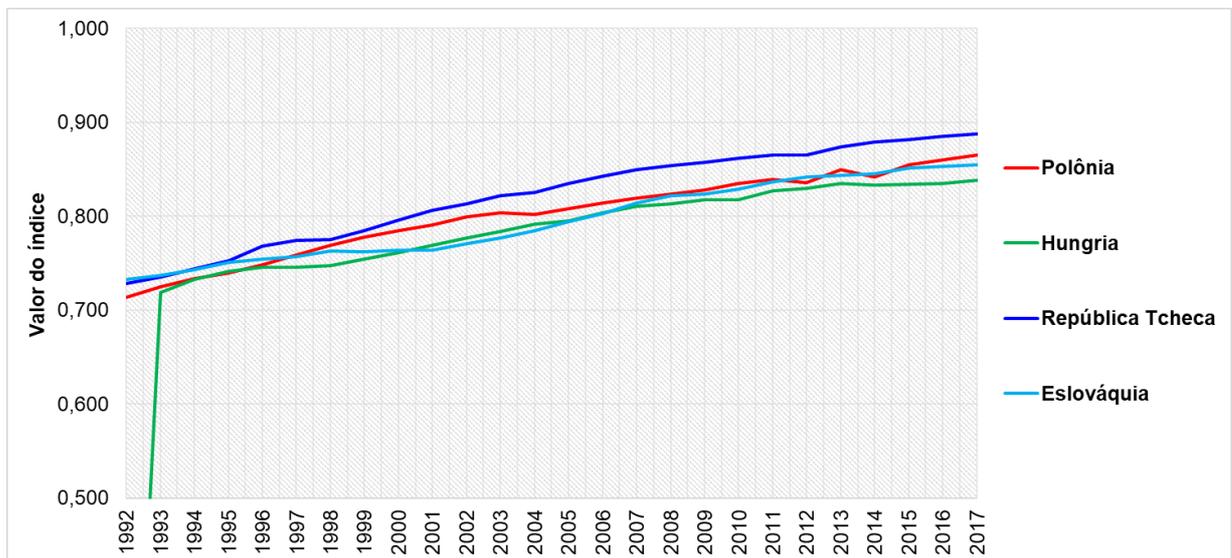
Fonte: Elaboração própria com dados de World Bank Data (2018).

Questionamentos podem ser feitos a respeito do impacto real que a cooperação de Visegrado trouxe para sua população. Cottey (2009) afirmou que críticos de grupos sub-regionais alegam que na prática estes grupos têm pouco impacto em âmbito nacional. Entretanto, os Gráficos 1 e 2 demonstraram a

quantidade de atividades desenvolvidas nos 4 países com financiamentos do Fundo Internacional de Visegrado.

O Gráfico 7 constata uma elevação praticamente constante no IDH de todos os países do V4, grande parte desta elevação se deve ao Grupo de Visegrado, primeiramente pelas reformas democráticas feitas em conjunto, posteriormente pelo crescimento econômico proporcionado pelo ingresso na União Europeia que só foi possível graças as ações do V4 de abertura comercial, e por último lugar devido as atividades sociais, culturais e educacionais financiadas pelo FIV.

**Gráfico 7 – Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do V4**



Fonte: Elaboração própria com dados de Human Development Reports (2018).

Obs: No site não constam os dados da Hungria de 1992.

Apesar da crise de 2008 e as oscilações nos indicadores econômicos, o IDH se manteve em um crescimento quase ininterrupto. Isso pode ser explicado pela participação no processo de integração europeia, como a entrada destes países no espaço Schengen, e a riqueza do país sendo aplicada na melhoria das condições de emprego, melhoras de infraestrutura e de serviços básicos como saúde, educação e segurança.

### 3.7 Uma nova era do Grupo de Visegrado

Alguns especialistas questionam a falta de resultados tangíveis do Grupo de Visegrado no período de pós-adesão a OTAN e União Europeia, todavia é possível notar que o V4 segue sendo muito importante para os países que o constituem. Conforme observado no capítulo anterior, é normal que grupos sub-regionais sofram severas críticas a respeito de sua atuação, alguns especialistas acreditam que estes grupos (como o V4) estejam em um momento de inércia de atividades, mantendo reuniões periódicas sem um objetivo relevante ou atividades de impacto. Entretanto, existem algumas considerações que podemos fazer para comprovar a real atuação do Grupo de Visegrado nesse período mais recente. O V4 segue atuando através do FIV que financia algumas atividades sobretudo no âmbito social, e na plataforma *Think-Thank V4* que auxilia os 4 países do grupo em temas estratégicos e pontuais.

Retomando as considerações de Cottey (2009), demonstramos outra função importante do V4 para seus membros. Grupos sub-regionais influenciam nas relações internacionais à medida que alteram as perspectivas de cooperação ou de conflito entre os países. Atualmente grupos como o V4 desempenham a função de ligação entre Estados, tendo conteúdo político essencial para seus membros na conjuntura internacional. O Grupo de Visegrado divulga em seu site uma série de comunicados junto a países do continente europeu como os países Bálticos, Nórdicos, Itália, França, Áustria, Croácia, Turquia, Ucrânia, Suíça, Eslovênia, Bulgária, Romênia, Sérvia, Macedônia, etc. E países de fora da Europa como Estados Unidos, Israel, Egito, Coreia do Sul, entre outros (OFFICIAL..., 20-?). Isso corrobora a afirmação de Cottey (2009) de que grupos como o V4 ajudam seus Estados membro a mitigar rivalidades e unir países semelhantes, trazendo o benefício de ter uma estrutura que os proporciona o compromisso de ter relações diplomáticas contínuas, sejam elas multilaterais, entre seus Estados membro, ou bilaterais, entre grupos sub-regionais que os representem como um conjunto.

O novo período do Grupo de Visegrado é chamado de “ideia de Visegrado”, ou seja, um sentimento de união de uma cooperação regional respeitada, eficiente e que melhorou a reputação dos países que a formam (LÁZÁR, 2014). O Grupo de Visegrado volta a ganhar representatividade no cenário internacional à medida que os últimos anos trouxeram a seus países governos com linhas de pensamento e ações similares, com isso a postura destes países no sistema internacional

(sobretudo na comunidade europeia) trazem a visão de uma identidade regional dos 4 países representada pelo V4 (LÁZÁR, 2014). Deste modo é possível afirmar que:

Visegrado oferece aos seus quatro membros um modelo útil para discutir e representar interesses comuns de maneira coletiva no cenário político regional e internacional. Além disso, a "marca" de Visegrado foi tão bem-sucedida que é frequentemente usada por comentaristas para coletivamente representar os quatro Estados da Europa Central, mesmo quando não há um objetivo comum na agenda (TÖRO.; BUTLER.; GRÜBER., 2014, p. 365, tradução livre).

É possível afirmar que a atual estratégia do grupo consiste na intenção de formular um bloco dentro da União Europeia. Bronislaw Komorowski, presidente da Polônia entre 2010 e 2015, chegou a afirmar que o Grupo de Visegrado traz aos países da Europa Central o reforço de uma identidade que pode buscar seu espaço dentro da União Europeia. Nos últimos anos existe uma coordenação dos países do grupo para posicionamentos nas cimeiras do bloco europeu, visando aumentar a influência dos mesmos em decisões do Conselho Europeu, sanções, votos e aceitação de medidas da UE, nesse sentido mostra-se eficiente a ideia de construir uma marca externa para a região da Europa Central fazendo a promoção desses países no nível internacional (LÁZÁR, 2014).

A crise dos refugiados trouxe à tona um renascimento do Grupo de Visegrado no cenário internacional, o atual presidente polonês Andrzej Duda, admitiu que a importância do grupo aumentou recentemente em grande parte devido à crise migratória (SCHMIDT, 2016).

A oposição do V4 a política de migração da UE fez com que estes países tomassem uma atenção maior por parte dos demais países do bloco e de instituições internacionais, que criticam os países de Visegrado por causarem turbulência no bloco europeu. Os países do V4 temem ter sua soberania nacional violada com as imposições vindas de Bruxelas, são países que alegam priorizar sua segurança nacional para descumprir as ordens relacionadas ao recebimento de refugiados (PEREIRA, 2018), enquanto Bruxelas os acusa de violarem princípios do Estado de direito e da democracia. Em 1 de março de 2017, a Comissão Europeia publicou o Livro Branco que aborda as questões mais pertinentes na conjuntura atual dos europeus, como preocupações com segurança e o populismo de alguns países, em uma clara demonstração de desapontamento com os países de Visegrado (LIVRO..., 2017).

Em 2015, quando a Comissão Europeia desenvolveu um sistema de partilha dos refugiados, como medida solidária que aliviaria Grécia e Itália, que recebem milhares de refugiados pelo Mar Mediterrâneo, a Polónia aceitou o acordo, enquanto Hungria, República Tcheca e Eslováquia votaram contra. Entretanto, apesar de concordar com o acordo, a Polónia o descumpriu e não recebeu refugiados, bem como a Hungria (ABELLÁN..., 2017). Apesar de votar contra, a República Tcheca inicialmente recebeu poucos refugiados, mas se retirou do programa. Em junho de 2017, a Comissão Europeia tomou a decisão de adotar medidas contra os países que se recusam a dar asilo aos refugiados, visando punir a Polónia, Hungria e República Tcheca (ABELLÁN, 2017). Segundo o jornal britânico Financial Times Bruxelas está preparando mudanças no financiamento comunitário do Bloco, que seriam feitas a partir de 2020. Essas mudanças visam redirecionar melhor o dinheiro para países que estão sofrendo mais com a crise migratória, como Grécia e Itália, com isso será retirado financiamento dos países do V4, como uma punição pela não adesão dessa política de coesão, e pelos descumprimentos do Estado de Direito. Essas mudanças afetariam claramente as economias dos países de Visegrado, no orçamento entre 2014 e 2020, a Polónia recebeu cerca de € 77 bilhões, enquanto a Hungria recebeu € 22 bilhões e a Eslováquia € 14 bilhões (BRUXELAS..., 2018).

Em 5 de Outubro de 2017, os Ministros do Interior dos países do V4 se reuniram em Budapeste e afirmaram que a União Europeia deve retomar o controle sob suas fronteiras externas visando reduzir o fluxo migratório. A proposta do grupo é de apoiar as regiões de origem dos refugiados, buscando melhorar a qualidade de vida em seus países (JOIN..., 2017). Em 26 de Junho de 2018, antes da cimeira que pretendia criar um novo acordo migratório para a União Europeia, ocorreu outra reunião com um comunicado dos Ministros do Interior destes países. Nesta declaração eles afirmam que compreendem a natureza particular dos fluxos migratórios que chegam ao continente europeu, mas que as soluções devem respeitar as necessidades de cada país sem enfraquecer o bloco (JOIN..., 2018).

Nesse sentido, o Grupo de Visegrado reafirmou que desconsideraria o sistema automático de pedido de asilo e que para solucionar esta crise, a cooperação da UE deveria aplicar esforços para impedir a migração para o exterior, como operações conjuntas nos países dos refugiados e o reforço da FRONTEX (Agência Europeia da Guarda Costeira e de Fronteiras). Segundo a declaração, o V4 continuará trabalhando em políticas conjuntas defendendo seus interesses e que a

UE deve se fortalecer a ponto de respeitar as opiniões de todos os seus membros (JOIN..., 2018). É possível afirmar que a resistência e o posicionamento conjunto proporcionou algum resultado ao V4, na cimeira citada anteriormente, chegou-se ao acordo que a UE auxiliaria o ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados) em plataformas de desembarque fora da Europa, que a UE criaria centros controlados dentro da Europa, no qual a acolhida dos refugiados seria feita por países voluntários, além disso o bloco realocaria mais recursos a Frontex (AFP, 2018).

É possível notar a ênfase que estes Estados dão a sua segurança e soberania nacional, se contrapondo a imposições da União Europeia que são baseadas no direito internacional. Entretanto, parte da imprensa e de analistas de Relações Internacionais consideram a posição dos governos do V4 como atos xenófobos e nacionalistas. Em seus discursos anti-imigração, governantes dos Estados do Grupo de Visegrado como Polônia e Hungria, fazem ataques constantes aos migrantes muçulmanos, defendendo a identidade cristã de seus países (OLTERMANN, 2018).

Mariano (2007) argumenta que nos processos de integração ou cooperação sub-regional, os Estados podem chegar a um grau de cooperação que evoca uma espécie de construção de identidade comum. Esse movimento é marcado pela expressão de demandas iguais e pela representação de interesses similares. Cottey (2009) corrobora esses argumentos dizendo que grupos sub-regionais desenvolvem um senso de identidade comum. Por si só, a cooperação iniciada em 1991, as semelhanças culturais, históricas e políticas demonstradas anteriormente, já seriam suficientes para a criação de uma identidade comum entre estes países. Entretanto, o recente surgimento de uma necessidade política considerada importante pelos membros do V4, fez com que o grupo criasse uma espécie de identidade regional comum no aspecto político.

É importante ressaltar que essa cooperação baseada em uma identidade compartilhada pode ser usada para ações egoístas e nacionalistas, como na questão migratória, e que este trabalho não compactua com as alegações discriminatórias feitas pelos governantes do V4. Entretanto, busca-se demonstrar através da questão migratória a ação política conjunta destes países, no qual eles são quase sempre referenciados como um grupo formado por Estados com as mesmas demandas e um posicionamento uniforme no cenário internacional.

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a compreensão provida pelas principais contribuições de teorias de integração e cooperação regional, e pelo entendimento da complexidade da cooperação do Grupo de Visegrado, o presente capítulo inicialmente retoma os principais conceitos do referencial teórico, e as principais afirmações do capítulo de análise, que correspondem as contestações feitas no objetivo geral e nos objetivos específicos, visando revisar os principais pontos do trabalho. São demonstrados os benefícios gerados pelo Grupo de Visegrado, com o intuito principal de trazer respostas para o problema de pesquisa, constituído pelo questionamento de qual a importância da cooperação regional para Polônia, Hungria, República Tcheca e Eslováquia.

Com o objetivo de revisar as teorias de RI a respeito da Integração e Cooperação Regional, foi possível verificar que as relações internacionais vivenciaram na segunda metade do séc. XX a ascensão de processos de integração e cooperação regional, dentre os quais se destacaram a União Europeia. Para maior compreensão desse novo modo de governança política que se consolidou após a Segunda Guerra Mundial, resgatam-se as contribuições de autores como David Mitrany e Ernest Haas. Mitrany criou o Funcionalismo, uma forma de entender os processos de integração através das cooperações funcionais em áreas específicas, que transbordariam para outras áreas (*Spillover/Transbordamento*) e progrediriam para processos de integração. Já Haas aprimorou a teoria de Mitrany analisando o processo de integração europeia, afirmando que esse processo ocorreria em fases e gradativamente se chegaria a construção de uma comunidade política formada pelos membros da integração em questão. Além disso, Haas deu mais ênfase a resolução de conflitos dentro dos processos de integração e a influência que as pressões internas têm na política externa dos Estados.

Seguindo essa matriz teórica, autoras como Monica Herz e Andrea Ribeiro Hoffman designaram os papéis das organizações internacionais geradas pelos processos de integração, quando elas são geradas e qual a estrutura dessas organizações. Karina Pasquariello Mariano se dedicou a explicar o caráter regional destes processos e as diferenças entre integração e cooperação regional, afirmando que a segunda tem uma estrutura mais flexível. Andrew Cottey apresentou as particularidades dos grupos sub-regionais, na qual vimos que com o final da Guerra

Fria e a formação de novas repúblicas democráticas, os anos 1990 foram marcados pela criação de uma série de processos de cooperação sub-regional, como o Grupo de Visegrado, objeto de estudo deste trabalho.

Os grupos sub-regionais são grupos formados em sub-regiões localizadas em regiões maiores, no caso do V4, a sub-região da Europa Centro-Oriental pertencente a Europa. Essa forma de cooperação destaca-se por dar a seus membros a coordenação de políticas semelhantes para países que tem demandas políticas, sociais e econômicas similares.

Objetivando entender a conjuntura do começo do processo de cooperação constatamos que após haver passado por longos períodos de instabilidade, marcados principalmente pelas invasões da Alemanha Nazista e das décadas de influência do regime comunista da União Soviética, Polônia, Hungria e Tchecoslováquia precisavam fortalecer a região e se adaptar aos valores liberais do ocidente, tanto em aspectos sociais, quanto em aspectos econômicos e políticos. Deste modo, em 1991, os 3 países da Europa Centro-Oriental estabeleceram uma série de objetivos, dispostos na Declaração de Visegrado, que demonstravam o interesse de cooperar por meio de um grupo sub-regional que os proporcionasse uma plataforma para ações em conjunto e a troca de experiências entre autoridades destas nações. O principal objetivo dessas ações era lograr entrar no processo de integração da União Europeia, e ingressar em outras instituições internacionais importantes como a OTAN.

Com o objetivo de explicar a estrutura do Grupo de Visegrado, foi possível verificar que a cooperação passou a ter 4 membros em 1993, quando a Tchecoslováquia se dividiu entre República Tcheca e Eslováquia. Além disso, foi possível constatar que a única organização formal do V4 é o Fundo Internacional de Visegrado, criado em 2000 com sede em Bratislava, capital da Eslováquia. O V4 não tem outras organizações formais ou uma sede permanente, as reuniões e decisões do grupo são feitas através de reuniões, congressos e seminários entre autoridades dos 4 países em locais previamente definidos.

Para demonstrar os meios de atuação do V4, destacamos alguns mecanismos criados, para a área econômica, o Grupo de Visegrado criou o CEFTA (Acordo Centro-Europeu de Livre Comércio), que pode ser entendido como uma cooperação funcional para a economia baseada no livre comércio, no aumento da recepção de investimentos externos, no fomento do fluxo de mercadorias entre os

países que o formam e na melhoria das condições de emprego da população. O acordo logrou flexibilizar a economia destes países, o que os auxiliou a posteriormente entrarem no bloco europeu, que tem uma zona de livre comércio semelhante a estabelecida pelo CEFTA. O CEFTA posteriormente passou a ter a presença de outros países europeus, que tinham o mesmo objetivo dos países do V4 de aprimorar suas economias. Talvez esse acordo não tenha trazido números tão impactantes aos países do Grupo de Visegrado, como o incremento de suas economias, entretanto, é possível afirmar que sem esse acordo, Polônia, Hungria, República Tcheca e Eslováquia não estariam aptas para entrar na União Europeia como o fizeram em 2004, visto que estes países precisavam dispor de uma economia flexível para ingressarem no bloco europeu.

Outra cooperação funcional do grupo é o Fundo Internacional de Visegrado, que financia ações na área cultural, educacional e na política dos Estados do V4. O FIV proporciona a execução de seminários sobre os países do grupo, bolsas de estudo e bolsas de intercâmbio para seus habitantes, fomentando o intercâmbio entre suas sociedades e o sentimento de união que estas nações têm, devido a suas semelhanças históricas e culturais. O Fundo Internacional de Visegrado também financia uma plataforma *think-thank* que através de instituições situadas nos 4 países, elabora análises com conteúdo de interesse aos Estados do V4, análises que ficam à disposição de membros do governo para os auxiliarem na cooperação em temas estratégicos para a região.

O Grupo de Visegrado tem um importante papel na política dos países que o constituem. A formação desse grupo sub-regional proporcionou uma plataforma diplomática para Polônia, Hungria, República Tcheca e Eslováquia, mantendo estes países ativos diplomaticamente com seus vizinhos. Além disso, o V4 faz comunicados e declarações (representando todos os seus membros) para/com outros países. O Grupo de Visegrado criou uma espécie de identidade regional, pois Polônia, Hungria, República Tcheca e Eslováquia atuam de maneira tão semelhante dentro do bloco europeu, que estes países são apresentados como um bloco unificado. Um caso recente é a crise de refugiados que atinge a Europa, a recusa ou aceite das ordens da União Europeia tem ocorrido com o posicionamento único dos países de Visegrado, através de comunicados via V4 ou a ação conjunta nas cimeiras da UE.

Através do objetivo de como essa cooperação sub-regional ajudou os Estados do Grupo de Visegrado a ingressarem em instituições multilaterais, foi possível verificar que todos os países do V4 lograram entre 1999 e 2004 a entrada na OTAN, e em 2004, conseguiram atingir a principal meta dessa cooperação sub-regional, a adesão a União Europeia. É possível afirmar que a entrada de Polônia, Hungria, República Tcheca e Eslováquia nessas instituições só pôde acontecer devido a cooperação do Grupo de Visegrado. O ingresso na UE exige Estados democráticos e com suas economias baseadas no livre comércio. Primeiramente, as reformas democráticas nestes países tiveram em sua evolução as discussões e trocas de experiências proporcionadas pelo V4, em segundo lugar, a adaptação para economias liberais ocorreu através do CEFTA, mecanismo feito pelo grupo para criar uma zona de livre comércio, como a existente na União Europeia. Além disso, UE e OTAN viram com bons olhos a disposição destes Estados em cooperarem e ter relações diplomáticas constantes com vários países.

Objetivando demonstrar a importância do ingresso nessas instituições, foi possível certificar que essa inclusão proporcionou ao V4 o tão esperado fortalecimento da região e o aumento do poder destes países na política internacional. Com a entrada na OTAN, Polônia, Hungria, República Tcheca e Eslováquia conseguiram se aproximar das principais potências do ocidente e se afastar das influências do Oriente, além disso a OTAN os proporciona maior segurança para a região. Já a adesão a União Europeia eleva significativamente o potencial econômico dos países de Visegrado, como demonstrado no capítulo anterior pelos gráficos 3, 5 e 6, devido a zona de livre comércio do bloco europeu e a presença do Estado que se tornou o principal parceiro comercial de todas as nações do V4, a Alemanha. O aumento no potencial econômico destes países tem sido convertido para melhoria da qualidade de vida das populações do V4, como demonstrado nos gráficos 4 e 7.

Com o objetivo de descrever a forma com que o V4 auxilia os seus membros a defenderem seus interesses na União Europeia, apresentamos o caso da crise migratória como um exemplo da ação política do grupo no bloco europeu. A posição de resistência as proposições da União Europeia por meio do Grupo de Visegrado fortaleceu o posicionamento dos países do grupo e seu impacto sob as medidas do bloco europeu para a crise migratória.

Como visto na Declaração de Visegrado, a cooperação do grupo aborda diversas áreas de interesse para seus membros, como cooperação militar, energética, ecológica e de infraestrutura. Entretanto, levando em consideração as limitações desta pesquisa, abordamos os principais pontos do Grupo de Visegrado, através dos aspectos políticos, econômicos e sociais dessa cooperação.

O V4 gerou uma série de benefícios aos seus membros, na área política, com o estabelecimento de governos democráticos e soberanos, que reestabeleceram relações diplomáticas com uma ampla gama de países, além de lograr o acesso a instituições multilaterais importantes como OTAN e União Europeia, e fortalecer a participação destes Estados em temas importantes do Sistema Internacional com a formação de um grupo sub-regional respeitado que representa os interesses da região da Europa Centro-Oriental. Na área econômica, alcançaram a abertura para o livre comércio, que foi de suma importância para a adesão na UE, que por sua vez fomentou o crescimento econômico destes países. Na área social, é possível afirmar que o primeiro passo dado pelo V4 foi a redemocratização de seus países, posteriormente o aumento da qualidade de vida e a criação do FIV que financia atividades para educacionais e culturais às sociedades do V4, foram consequências do crescimento econômico causado pelas situações já descritas.

O Grupo de Visegrado foi criado com propósitos específicos como o ingresso no processo de integração da Europa, a liberalização econômica e a retomada da estabilidade política da região, objetivos já atingidos. Atualmente o grupo mantém as atividades financiadas pelo FIV, e segue estabelecendo estratégias de cooperação em áreas de interesses dos seus membros com outros países. Além disso, tem uma importância muito grande para enfrentar desafios futuros que a conjuntura internacional possa proporcionar à Polônia, Hungria, República Tcheca e Eslováquia, como decisões da União Europeia.

## REFERÊNCIAS

ABELLÁN, Lucía. Comissão Europeia inicia punição por recusa de refugiados. **El País**. Bruxelas, 13 jun. 2017. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2017/06/13/internacional/1497362399\\_698761.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/06/13/internacional/1497362399_698761.html)>. Acesso em: 8 mai. 2018.

ABOUT the think-thank platform. **Think Visegrad**, 201-. Disponível em: <<https://think.visegradfund.org/>>. Acesso em: 18 out. 2018.

AFP. Entenda os pontos chave do acordo migratório da EU. **Exame**, 29 jun. 2018. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/mundo/entenda-os-pontos-chave-do-acordo-migratorio-da-ue/>>. Acesso em: 24 out. 2018.

ALEXANDRESCU, Mihai. David Mitrany: From Federalism to Functionalism. **Transylvanian Review**, Vol. XVI, No. 1. Spring, 2007.

ANGELL, Norman. **A grande ilusão**. Tradução de Sérgio Bath. São Paulo: Editora Universidade de Brasília, 2002. Disponível em: <[http://funag.gov.br/loja/download/0045-a\\_grande\\_ilusao.pdf](http://funag.gov.br/loja/download/0045-a_grande_ilusao.pdf)>. Acesso em: 02 jun. 2018.

AUTY et al. Encyclopedia Britannica. **Czech Republic**. 201-. Disponível em: <<https://www.britannica.com/place/Czech-Republic>>. Acesso em: 13 jun. 2018.

BRUXELAS quer redesenhar política de coesão. Portugal pode vir a ser beneficiado. **PÚBLICO**. 23 abr. 2018. Disponível em: <<https://www.publico.pt/2018/04/23/economia/noticia/bruxelas-quer-redesenhar-fundos-para-a-coesao-portugal-vir-a-ser-beneficiado-1811455>>. Acesso em: 2 mai. 2018.

CENTRAL European Free Trade Agreement. **WIPO**, 1992. Disponível em: <[http://www.wipo.int/wipolex/en/other\\_treaties/text.jsp?file\\_id=220257](http://www.wipo.int/wipolex/en/other_treaties/text.jsp?file_id=220257)>. Acesso em: 16 out. 2018.

COTTEY, Andrew. **Sub-regional cooperation in Europe: An assessment**. College of Europe, 2009. Disponível em: <[http://aei.pitt.edu/33535/1/BRIGG\\_3-2009\\_Cottey.pdf](http://aei.pitt.edu/33535/1/BRIGG_3-2009_Cottey.pdf)>. Acesso em: 27 set. 2018.

DAWSON et al. Encyclopedia Britannica. **Poland**. 201-. Disponível em: <<https://www.britannica.com/place/Poland>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

DECLARATION on Cooperation between the Czech and Slovak Federal Republic, the Republic of Poland and the Republic of Hungary in Striving for European Integration (Visegrad Declaration). 1991. Disponível em: <<http://www.visegradgroup.eu/documents/visegrad-declarations/visegrad-declaration-110412>>. Acesso em: 9 out. 2017.

DOMINGUES, Renato Valladares. Breves considerações sobre o sistema de paz perpétua de Immanuel Kant. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, 2013. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/24799/breves-consideracoes-sobre-o-sistema-de-paz-perpetua-de-immanuel-kant>>. Acesso em: 30 ago. 2018.

EFE. Candidato pró-Rússia é reeleito presidente da República Tcheca. **Exame**, 27 jan. 2018. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/mundo/candidato-pro-russia-e-reeleito-presidente-da-republica-tcheca/>>. Acesso em: 9 jun. 2018.

ESLOVÁQUIA. **União Europeia**, 201-. Disponível em: <[https://europa.eu/european-union/about-eu/countries/member-countries/slovakia\\_pt](https://europa.eu/european-union/about-eu/countries/member-countries/slovakia_pt)>. Acesso em: 2 jun. 2018.

FERREIRA, João. VICE PM eslovaco Peter Pellegrini assume liderança do executivo. **Euronews**. Lyon, 15 mar. 2018. Disponível em: <<http://pt.euronews.com/2018/03/15/vice-pm-eslovaco-peter-pellegrini-assume-lideranca-do-executivo>>. Acesso em: 13 jun. 2018.

Granted Projects. **International Visegrad Fund**, 2018. Disponível em: <<http://map.visegradfund.org/>>. Acesso em: 15 out. 2018.

GROSS domestic product. **World Bank**, 2017. Disponível em: <<http://databank.worldbank.org/data/download/GDP.pdf>>. Acesso em: 17 out. 2018.

HAAS, Ernst B. “International Integration: The European and the Universal Process.” **International Organization**, Vol. 15, no. 3, p. 366–392, 1961. Disponível em: <[www.jstor.org/stable/2705338](http://www.jstor.org/stable/2705338)>. Acesso em: 11 set. 2018.

HERZ, Mônica.; HOFFMAN, Andrea Ribeiro. **Organizações internacionais: história e práticas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

HOBBS, Thomas. **Leviathan**. Oxford: Oxford University Press, 1998.

Human Development Reports. **United Nations Development Programme**, 2018. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/data#>>. Acesso em: 15 out. 2018.

HUNGRIA. **União Europeia**, 201-. Disponível em: <[https://europa.eu/european-union/about-eu/countries/member-countries/hungary\\_pt](https://europa.eu/european-union/about-eu/countries/member-countries/hungary_pt)>. Acesso em: 9 jun. 2018.

I quattro di Visegrad si fanno largo in Europa – Le economie dell’est crescono e hanno sempre più peso negli scambi con la Germania. **Cuore Economico**, 2017. Disponível em: <<https://www.esg89group.it/i-quattro-di-visegrad-si-fanno-largo-in-europa-le-economie-dell-est-crescono-e-hanno-sempre-piu-peso-negli-scambi-con-la-germania/>>. Acesso em: 30 out. 2018.

JOIN Declaration of Ministers of the Interior. **Visegrad Group**, Budapest, 26 jun. 2018. Disponível em: <<http://www.visegradgroup.eu/calendar/2018/joint-declaration-of>>. Acesso em: 24 out. 2018.

JOIN Declaration of V4 Interior Ministers. **Visegrad Group**, Budapest, 5 out. 2017. Disponível em: <<http://www.visegradgroup.eu/calendar/selected-events-in-2017-170203/joint-declaration-of-v4>>. Acesso em: 18 out. 2018.

KANT, Immanuel. **A paz perpétua**. Tradução de Artur Morão. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2008. Disponível em: <[http://www.lusosofia.net/textos/kant\\_immanuel\\_paz\\_perpetua.pdf](http://www.lusosofia.net/textos/kant_immanuel_paz_perpetua.pdf)>. Acesso em: 02 jun. 2018.

KENETY, Brian. Czech president to name Andrej Babis as prime minister. Again. **Radio Praha**, 1 jun. 2018. Disponível em: <<http://www.radio.cz/en/section/curraffrs/czech-president-to-name-andrej-babis-as-prime-minister-again>>. Acesso em: 3 jun. 2018.

LARRAÑAGA, Félix Alfredo. **Introdução às relações internacionais**. São Paulo: Aduaneiras, 2004.

LÁZÁR, András Máté. Post-Eu-Accession Visegrád Cooperation—Results, Rhetoric, Prospects. **BiztPol Affairs**, v. 2, p. 22-44, 2014. Disponível em: <[http://epa.oszk.hu/02400/02475/00002/pdf/EPA02475\\_BiztpolAffairs\\_2014\\_01\\_022-044.pdf](http://epa.oszk.hu/02400/02475/00002/pdf/EPA02475_BiztpolAffairs_2014_01_022-044.pdf)>. Acesso em: 16 out. 2018.

**LIVRO Branco sobre o futuro da Europa: Reflexões e cenários para EU-27 em 2025**. Bruxelas: Comissão Europeia, 2017. Disponível em: <[https://ec.europa.eu/commission/sites/beta-political/files/livro\\_branco\\_sobre\\_o\\_futuro\\_da\\_europa\\_pt.pdf](https://ec.europa.eu/commission/sites/beta-political/files/livro_branco_sobre_o_futuro_da_europa_pt.pdf)>. Acesso em: 4 mai. 2018.

Los datos relativos a Polonia, Hungría, República Eslovaca, República Checa, 201-. **BANCO MUNDIAL**. Disponível em: <<https://datos.bancomundial.org/?locations=PL-HU-SK-CZ>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

MAQUIAVELO, Nicolás. **El Príncipe**. Tradução de Angeles Cardona. Madrid: SARPE, 1983.

MARCINKIEWICZ, K.; STEGMAIER, M. The parliamentary election in Poland, October 2015. **Electoral Studies**, v. 41, p. 221-224, 2016. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/profile/Mary\\_Stegmaier/publication/290220555\\_The\\_parliamentary\\_election\\_in\\_Poland\\_October\\_2015/links/56ad13fe08aeaa696f2cab2c/The-parliamentary-election-in-Poland-October-2015.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Mary_Stegmaier/publication/290220555_The_parliamentary_election_in_Poland_October_2015/links/56ad13fe08aeaa696f2cab2c/The-parliamentary-election-in-Poland-October-2015.pdf)>. Acesso em: 11 jun. 2018.

MARIANO, Karina Pasquariello. Globalização, integração e o Estado. **Lua Nova**. São Paulo. p. 123-168, 2007.

MARTINS, Alexandre. Polônia muda de primeiro-ministro e aprova leis que politizam a justiça. **PÚBLICO**, 8 dez. 2017. Disponível em: <<https://www.publico.pt/2017/12/08/mundo/noticia/polonia-muda-de-primeiroministro-mas-mantem-desafio-a-uniao-europeia-1795373>>. Acesso em: 6 jun. 2018.

MEMBER countries. **North Atlantic Treaty Organization**. 26 mar. 2018. Disponível em: <[https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics\\_52044.htm](https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_52044.htm)>. Acesso em: 18 out. 2018.

NOGUEIRA, João Pontes. Instituições e governança global na teoria de Relações Internacionais: um breve panorama da evolução dos debates nas teorias convencionais. In: LUIZ, Paulo Esteves de (Org). **Instituições Internacionais: segurança, comércio e integração**. Editora PUCMINAS, Belo Horizonte. p. 15-40, 2003.

OFFICIAL Statements and Communiqué. **Visegrad Group**. Disponível em: <<http://www.visegradgroup.eu/documents/official-statements>>. Acesso em: 18 out. 2018.

OLTERMANN, Philip. Can Europe's new xenophobes reshape the continent? **The Guardian**, 3 fev. 2018. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2018/feb/03/europe-xenophobes-continent-poland-hungary-austria-nationalism-migrants>>. Acesso em: 2 nov. 2018.

PARÍZKOVÁ, Nikola; KOSINSKI, Daniel. A estratégia de integração militar do Grupo de Visegrad ao Ocidente à luz das suas condições geopolíticas e experiências históricas recentes. **OIKOS**, Rio de Janeiro, vol. 16, n. 3. p. 86 – 97, 2017.

PEREIRA, Nelson. Grupo de Visegrado aposta no reforço de um bloco regional. **Euronews**. 27 jan. 2018. Disponível em: <<http://pt.euronews.com/2018/01/27/grupo-de-visegrado-aposta-no-reforco-de-um-bloco-regional>>. Acesso em: 15 abr. 2018.

PRESIDENTE da Hungria reeleito para um mandato de cinco anos. **Diário de Notícias**. Lisboa, 13 mar. 2017. Disponível em: <<https://www.dn.pt/mundo/interior/presidente-da-hungria-reeleito-para-novo-mandato-de-cinco-anos-5721610.html>>. Acesso em: 12 jun. 2018.

POLÔNIA. **União Europeia**, 201-. Disponível em: <[https://europa.eu/european-union/about-eu/countries/member-countries/poland\\_pt](https://europa.eu/european-union/about-eu/countries/member-countries/poland_pt)>. Acesso em: 9 jun. 2018.

REPÚBLICA TCHECA. **União Europeia**, 201-. Disponível em: <[https://europa.eu/european-union/about-eu/countries/member-countries/czechrepublic\\_pt](https://europa.eu/european-union/about-eu/countries/member-countries/czechrepublic_pt)>. Acesso em: 13 jun. 2018.

SCHMIDT, Andrea. Friends forever? The role of the Visegrad Group and European integration. **Politics in Central Europe**, v. 12, n. 3, p. 113-140, 2016. Disponível em: <<https://www.degruyter.com/downloadpdf/j/pce.2016.12.issue-3/pce-2016-0019/pce-2016-0019.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2018.

SCHMITTER, Philippe C. Neo-Neo-Functionalism: Déjà vu, all over again? European University Institute. **European Integration Theory**, 2002. Disponível em: <<https://www.eui.eu/Documents/DepartmentsCentres/SPS/Profiles/Schmitter/NeoNeofunctionalismRev.pdf>>. Acesso em: 27 set. 2018.

TÖRO,; BUTLER,; GRÚBER. Visegrád: The evolving Pattern of Coordination and Partnership After EU Enlargement. **Europe-Asia Studies**, vol. 66, no. 3, p. 364-393, May 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/KTvha2>>. Acesso em: 25 set. 2017.

VARDY et al. Encyclopedia Britannica. **Hungary**. 201-. Disponível em: <<https://www.britannica.com/place/Hungary> >. Acesso em: 13 jun. 2018.

**WISEGRAD GROUP**, 201-. Disponível em: <<http://www.visegradgroup.eu/about/aims-and-structure>>. Acesso em: 9 nov. 2017.

World Bank Data. **The World Bank**, 2018. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/>>. Acesso em: 15 out. 2018.

ZEMAN et al. Encyclopedia Britannica. **Slovakia**. 201-. Disponível em: <<https://www.britannica.com/place/Slovakia> >. Acesso em: 15 jun. 2018.